

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A MODERNIZAÇÃO PELA METADE DO FUTEBOL
BRASILEIRO: Gentrificação e ataque à cultura torcedora**

PEDRO MUXFELDT OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A MODERNIZAÇÃO PELA METADE DO FUTEBOL
BRASILEIRO: Gentrificação e ataque à cultura torcedora**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

PEDRO MUXFELDT OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

RIO DE JANEIRO

2015

CIP - Catalogação na Publicação

O48m	<p>OLIVEIRA, Pedro Muxfeldt</p> <p>A MODERNIZAÇÃO PELA METADE DO FUTEBOL BRASILEIRO: Gentrificação e ataque à cultura torcedora / Pedro Muxfeldt Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2015.</p> <p>49 f.</p> <p>Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo, 2015.</p> <p>1. Futebol Brasileiro. 2. Gentrificação. 3. Cultura torcedora. 4. Maracanã. 5. Estádio Mário Filho. I. Vaz, Paulo Roberto Gibaldi, orient. II. Título.</p>
------	---

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia “A modernização pela metade do futebol brasileiro: gentrificação e ataque à cultura torcedora”, elaborada por Pedro Muxfeldt Oliveira.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Fernando Ewerton Fernandez Junior

Doutor em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Expressões e Linguagens (DEL) – UFRJ

Prof. Dr. Nilo Sérgio Silva Gomes

Doutor em Comunicação Social pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Métodos e Áreas Conexas (DMAC) - UFRJ

RESUMO

OLIVEIRA, Pedro Muxfeldt. **A MODERNIZAÇÃO PELA METADE DO FUTEBOL BRASILEIRO: Gentrificação e ataque à cultura torcedora**. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho visa analisar os efeitos do processo de modernização do futebol brasileiro, em vigor nos últimos 15 anos. Para tanto, estudaremos a experiência inglesa de modernização do esporte, modelo do que se pretende adotar no Brasil. Também será averiguado o caso específico do Estádio Mário Filho, a partir das reformas recentes sofridas pela praça esportiva e sua concessão à iniciativa privada no ano de 2013. Por fim, vamos buscar compreender porque o futebol brasileiro não conseguiu alcançar o patamar das principais ligas europeias e a ocorrência de gentrificação e ataques à cultura torcedora nacional durante a modernização do jogo no país.

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 Evolução dos contratos de televisão da <i>Premier League</i>	13
Tabela 2 Poder de compra de ingresso de futebol por habitante/ano	19
Tabela 3 Comparativo entre finais e salário mínimo	34

ÍNDICE

	Pág.
1 INTRODUÇÃO	6
2 O CASO INGLÊS	9
2.1 HILLSBOROUGH E RELATÓRIO TAYLOR	9
2.2 A PARTICIPAÇÃO DA MÍDIA	10
2.3 PREMIER LEAGUE E A MODERNIZAÇÃO	12
3 O CASO BRASILEIRO	15
3.1 COMISSÃO PAZ NO ESPORTE	15
3.2 CONFORTO E OS INGRESSOS MAIS CAROS DO MUNDO	16
3.3 SEGURANÇA E O COMBATE À VIOLÊNCIA	19
3.4 MODERNIZAÇÃO PELA METADE	23
4 O CASO MARACANÃ	29
4.1 HISTÓRICO DAS REFORMAS	29
4.2 FIM DA GERAL E PRIVATIZAÇÃO	31
5 OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO PELA METADE	37
5.1 GENTRIFICAÇÃO	37
5.2 ATAQUE À CULTURA TORCEDORA	41
6 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 15 anos, o futebol brasileiro vem passando por uma série de mudanças em consonância com as práticas em vigor nos principais centros do esporte no continente europeu – principalmente na Inglaterra, mas, em certa medida também na Alemanha e Espanha. As mudanças se deram em todas as esferas do jogo: esportiva (adoção do sistema de pontos corridos no Campeonato Brasileiro a partir de 2003, perda de prestígio e consequente desinteresse do público pelos torneios estaduais e fim das competições regionais¹); administrativa (criação da Lei Pelé, em 1998, acabando com o instituto do passe, que atrelava os jogadores aos clubes, e contratação de dirigentes esportivos remunerados pelas principais equipes do país) e financeira (incremento das receitas com marketing e licenciamentos de produtos e adoção de modelos empresariais de gestão em alguns clubes²).

Em meio a este largo processo de reformulação do nosso futebol, as praças esportivas do país não ficaram ilesas. Os principais estádios brasileiros sofreram grandes reformas ao longo da última década e meia. Em geral, as alterações, ao menos no discurso oficial dos governos e clubes envolvidos nas obras, visavam dar maior segurança e conforto aos torcedores e, tal como o restante das mudanças vividas pelo esporte no país, adaptar as praças aos novos padrões exigidos pela Fifa e existentes na Europa. Surge, com isso, o conceito de arenas multiuso, centros de entretenimento que abrigam restaurantes, cinemas, teatros. Em resumo, shopping centers com um campo de futebol em seu interior.

Palco dos principais acontecimentos esportivos nacionais nos últimos 60 anos, o Estádio Mário Filho, popularmente chamado Maracanã, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, é o caso emblemático das mudanças promovidas nos estádios brasileiros. Desde 1999, o Gigante de Concreto passou por três profundas reformas, que, no total, o mantiveram quase cinco anos fechado. As obras alteraram sobremaneira a configuração do estádio. Outrora conhecido como o Maior do Mundo, o Maracanã, até hoje detentor do recorde de público mundial de uma partida de futebol pelos cerca de 200 mil presentes na final da Copa do Mundo de Futebol de 1950, disputada entre Brasil e Uruguai, tem hoje capacidade abaixo dos 80 mil lugares.

¹ O Torneio Rio-São Paulo, a Copa Sul Minas e a Copa Centro-Oeste tiveram suas últimas edições em 2002, um ano antes da adoção dos pontos corridos no Brasileirão. Em 2013, a Copa do Nordeste foi retomada após encerramento em 2003 e edição especial em 2010. Desde o ano passado também é disputada a Copa Verde, envolvendo clubes das regiões Norte e Centro-Oeste.

² Apesar de alguns clubes, como Corinthians, Cruzeiro e Flamengo, terem implantado modelos de gestão empresarial, os quadros técnicos contratados seguem respondendo a dirigentes amadores, eleitos pelo quadro de sócios da instituição.

A partir do caso Maracanã, suas reformas e o recente processo de privatização do estádio, este artigo pretende analisar a modernização do futebol brasileiro e sondar a ocorrência de dois fenômenos. O primeiro é a possível gentrificação imposta pelas novas arenas nacionais, com o aumento do preço dos ingressos e extinção dos setores populares bem localizados. O segundo é o ataque dos organizadores do esporte no país à cultura torcedora nacional a partir do combate irrestrito às torcidas organizadas e a inserção da lógica do espetáculo nas partidas de futebol.

Para dar conta da análise dos dois fenômenos, que estão associados ao fazerem parte do mesmo processo de mudança do futebol brasileiro e da experiência de se assistir a um jogo nos estádios nacionais, vamos, na segunda parte deste trabalho, analisar o processo de modernização do futebol ocorrido no Reino Unido a partir do início da década de 1990 e, em grande medida, já finalizado. A escolha se dá, pois o caso inglês é encarado por gestores públicos, imprensa especializada e dirigentes de clubes e federações de futebol como o modelo a ser seguido no Brasil.

No terceiro capítulo, nossa atenção se volta ao processo em vigor no Brasil desde os primeiros anos do século XXI. Vamos comparar o preço dos ingressos nos estádios brasileiros com os valores cobrados em outras ligas nacionais e também analisar como se dá o combate à violência nas praças esportivas daqui. Com isso, tentaremos mostrar como o fenômeno da modernização do futebol no Brasil ocorre de maneira incompleta, “pela metade”, sem a introdução de medidas cruciais, como melhora dos serviços oferecidos e da logística de clubes e órgãos públicos na organização das partidas de futebol, promovidas nos grandes centros da Europa, em especial na Inglaterra.

Na quarta parte, estudaremos o caso específico do Estádio do Maracanã. Primeiro, traçando um histórico das reformas que alteraram a configuração da arena nos últimos anos. Na sequência, dedicamos atenção especial ao fim da geral, setor mais popular do estádio, ocorrido nas obras para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, e o processo de privatização do Maracanã, ocorrido em 2013. Veremos que consequências estes dois acontecimentos, em separado e juntos, afetaram a presença de público, a política de preços e a participação das torcidas no espetáculo.

Já no último capítulo, discutimos os efeitos da “modernização pela metade” em ação no futebol brasileiro. À luz da experiência inglesa e do caso Maracanã, analisamos a possível ocorrência de gentrificação nos estádios do país a partir do aumento do preço das entradas, principalmente em jogos decisivos, e de ataques à cultura torcedora do país com o combate à

violência através de punições às torcidas organizadas e mudanças arquitetônicas promovidas nas praças esportivas.

2. O CASO INGLÊS

A experiência inglesa de modernização do futebol é hoje o principal modelo citado pelos defensores deste processo no Brasil. Iniciada no começo da década de 1990, a modernização do esporte está consolidada na Inglaterra e transformou o campeonato nacional – a *Premier League*, torneio organizado pelos clubes e não pela confederação do país, como ocorre no Brasil – na mais rica e assistida liga de futebol do planeta.

Motivado principalmente pela tragédia de Hillsborough, que vitimou 96 espectadores de jogo entre Liverpool e Nottingham Forest, o processo de mudanças desencadeado a partir daquele momento promoveu maior segurança e conforto nos estádios do país. Somado a isso, o incremento das receitas dos clubes com o aumento exponencial do valor dos contratos de direitos de transmissão assinados pela *Premier League* com as emissoras de televisão a partir de 1992 possibilitou o investimento maciço na contratação dos principais jogadores internacional. Esta combinação de fatores inseriu o futebol inglês em um círculo virtuoso que analisaremos em profundidade a partir de agora.

2.1 Hillsborough e Relatório Taylor

15 de abril de 1989. Até aquele dia, o futebol no Reino Unido era marcado por estádios acanhados e antigos, muitos deles datados do final do século XIX, equipes formadas quase exclusivamente por jogadores britânicos, ingressos baratos e grupo de torcedores violentos, conhecidos como *hooligans*, que se enfrentavam entre si e aterrorizavam torcidas estrangeiras em duelos pela Europa. Incidentes dentro da Inglaterra e também fora do país, principalmente em jogos da Seleção Inglesa, eram corriqueiros.

Em um desses confrontos, durante a final da Copa dos Campeões da Europa de 1985, no Estádio de Heysel (Bélgica), *hooligans* do Liverpool FC atacaram torcedores da Juventus de Turim (Itália). Durante a confusão, 39 pessoas morreram e centenas ficaram feridas. Após o episódio, os clubes ingleses foram banidos de competições europeias por cinco temporadas – o Liverpool cumpriu seis anos de suspensão. A decisão contou inclusive com o apoio do governo britânico e da *Football Association* (FA), instância máxima do esporte na Inglaterra.

Contudo, a tragédia não gerou ações para elevar a segurança nas partidas de futebol envolvendo torcidas violentas e, apesar de recomendações feitas pela FA e autoridades governamentais, nenhuma medida para prevenção de brigas e ataques foi tomada. Recorrente desde a década de 1960, o hooliganismo seguia sendo “considerado um fenômeno de ordem

pública comum, que não exigia a adoção de leis e regulamentações especiais” (TSOUKALA, 2014, p.21).

Foram necessários mais quatro anos e um novo desastre para que as mudanças começassem a ocorrer. Em 15 de abril de 1989, o mesmo Liverpool enfrentava o Nottingham Forest no campo neutro de Hillsborough, em Sheffield, por uma vaga na final da Copa da Inglaterra. Todos os ingressos foram vendidos de maneira antecipada e 54 mil torcedores lotavam as dependências do estádio, construído em 1899. Aos seis minutos de partida, uma confusão estourou nos *terraces* – a geral inglesa – da torcida do Liverpool. O tumulto no setor superlotado provocou a morte por asfixia de 96 pessoas.

A comoção nacional provocada pela tragédia, transmitida ao vivo pela televisão, levou a primeira-ministra britânica na época, Margaret Thatcher, a convocar Peter Taylor, chefe do Judiciário do país, para comandar as investigações, determinar as causas do desastre e propor soluções para os problemas do futebol na Inglaterra, que perdera seu prestígio e principais jogadores desde o incidente em Heysel e a posterior punição. A conclusão do magistrado, após nove meses de inquérito, foi que a tragédia em Hillsborough havia sido causada pela combinação da má estrutura do estádio – número reduzido de catracas falta de sinalização adequada no interior, entrada massiva de torcedores minutos antes do início da partida após a abertura dos portões e o despreparo das forças policiais, mais preocupadas em controlar possíveis tumultos causados por *hooligans* do que em garantir a segurança dos presentes.

No relatório, que passou à História como Relatório Taylor, Peter Taylor também fez o rascunho das mudanças que tomariam de assalto o futebol inglês em poucos anos. Ele sugeriu a substituição dos *terraces* por estádios com apenas cadeiras individualizadas num prazo máximo de quatro anos, remodelação dos estádios, com melhorias nos acessos e bilheteria e controle da capacidade de público, política de tolerância zero com o hooliganismo e melhorias no esquema de policiamento, trânsito e serviços nos dias de jogos. Taylor também comentou sobre a lei que previa o cadastro de todos os torcedores de futebol, aprovada no final de 1989. O autor do relatório se pôs contrário à ideia e a medida acabou engavetada ainda em 1990.

2.2 A participação da mídia

O trabalho de investigação realizado por Peter Taylor não foi a única versão dos fatos ocorridos na manhã de 15 de abril em Sheffield. Quatro dias depois do incidente, o tabloide *The Sun* divulgou, em notícia de capa intitulada *The Truth* (A Verdade, em inglês), supostas informações exclusivas sobre o que havia se passado no *terrace* do Liverpool durante a confusão.

Baseando-se em testemunhos de policiais presentes no campo de jogo e na fala de Irvine Patnick, membro da Câmara dos Comuns pelo Partido Conservador, o jornal culpava alguns torcedores pelo desastre, alegando que eles teriam roubado pertences dos mortos, urinado sobre policiais e agredido paramédicos que tentavam reanimar as vítimas. A publicação também dizia que, no *terrace* onde a tragédia ocorreu, havia muitos torcedores bêbados que entraram no estádio sem portar ingresso.

A história contada pelo *The Sun* e replicada por outros jornais, apesar de refutada pelo Relatório Taylor, manteve-se inalterada e a boa parte da opinião pública inglesa culpou a violência da torcida do Liverpool por mais essa tragédia durante 23 anos. Em 2012, após duas décadas de luta das famílias dos mortos em Hillsborough, foi estabelecido um painel independente para reanalisar os dados sobre a tragédia. Sob o comando do Reverendo James Jones, bispo de Liverpool, o grupo de trabalho concluiu que 277 depoimentos de policiais foram alterados no esforço de “desenvolver e publicar uma versão dos eventos que focassem em alegações feitas por diversos oficiais de embriaguez, falta de bilhetes e violência por parte de muitos torcedores do Liverpool” (HILLSBOROUGH INDEPENDENT PANEL, 2012, p.24, tradução nossa³), eximindo as forças locais de responsabilidade pelo incidente.⁴ O relatório também constatou que 41 pessoas mortas naquele dia poderiam ter sido salvas caso os serviços de emergência tivessem funcionado de maneira adequada.

As revelações levaram o primeiro-ministro britânico, David Cameron, a ir ao Parlamento no dia 12 de setembro de 2012 pedir desculpas públicas às famílias das vítimas de Hillsborough. Em sua edição de 14 de setembro de 2012, *The Sun* também se desculpou com os parentes dos torcedores e publicou os dados do painel em capa sob o título *The Real Truth* (A Real Verdade, em inglês).

Os possíveis estragos causados à imagem das forças policiais após as revelações do Relatório Taylor também foram alvo de preocupação por parte da primeira-ministra Margaret Thatcher. Informada pelo secretário de Assuntos Internos, Douglas Hurd, que o inquérito comandado por Peter Taylor apontaria a responsabilidade da polícia de Sheffield na tragédia, Thatcher, temendo reações agressivas dos torcedores do Liverpool e perda de confiança na polícia pela população em geral, recomendou que o governo apoiasse o conteúdo do relatório apenas quanto às mudanças recomendadas e à forma como as investigações foram conduzidas.

³ “[...]develop and publicise a version of events that focused on several police officers’ allegations of drunkenness, ticketlessness and violence among a large number of Liverpool fans.”

⁴ O relatório final do grupo deixa claro que o alto escalão da polícia de Sheffield planejou, com o apoio de Patnick, criar uma versão fictícia dos acontecimentos em Hillsborough para limpar a imagem da corporação perante a população inglesa, incriminando inocentes, inclusive vítimas fatais da confusão.

É importante levantar esses dois pontos, o papel da mídia na construção de uma versão falsa dos fatos e o posicionamento da primeira-ministra, para deixar claro que não existe comprovação documental, como o próprio Painel Independente de Hillsborough indicou em seu relatório final, de que as duas ações tenham sido determinantes para a implementação das medidas que modernizaram o futebol inglês, muitas delas elitistas e antidemocráticas conforme veremos adiante, que passaram a vigorar no país após a tragédia de 1989.

Mais do que um projeto neoliberal capitaneado pelo governo britânico de Thatcher sobre uma das paixões nacionais, o pacote de ações que mudou a cara do futebol inglês nos últimos 25 anos, notadamente o combate aos *hooligans* e o forte aumento no valor das entradas, foi obra dos donos dos clubes que, substituindo a classe trabalhadora e os torcedores organizados pela classe média como público das arenas, conseguiram auferir lucros cada vez maiores e transformaram a *Premier League* – a primeira divisão do futebol inglês – em um dos melhores, se não o melhor, campeonatos de futebol do mundo.

2.3 Premier League e a modernização

A tragédia de Hillsborough e as recomendações inseridas no Relatório Taylor são o marco do processo de modernização do futebol britânico. No entanto, as origens da *Premier League*, liga de clubes que organiza a Primeira Divisão Inglesa e hoje é o campeonato de futebol mais valioso do mundo, remontam a 1988. Neste ano, o canal *Independent Television* (ITV) concordou em pagar 44 milhões de libras a *English Football League* pelos direitos de transmissão das quatro temporadas seguintes do futebol inglês. O valor por temporada do acordo – 11 milhões de libras – era quase duas vezes maior do que o contrato anterior, firmado em 1986, que rendeu 6,2 milhões de libras aos clubes ao longo de duas temporadas.

Entretanto, como a *English Football League* concentrava a organização das quatro divisões do futebol inglês, o montante foi repartido entre os 92 clubes participantes. A situação desagradou as principais agremiações, que ameaçaram formar uma liga independente e negociar os direitos sem ter a necessidade de dividir o bolo com clubes de divisões inferiores, com pouca participação no interesse dos espectadores pelas partidas.

A ideia, que contava com o respaldo de apenas 10 das 22 equipes da Primeira Divisão, acabou adiada por quatro anos. Com um novo contrato para assinar, os clubes decidiram pela cisão e formaram a *Premier League* para a disputa da temporada 1992-93 e fecharam contrato por cinco anos com o canal de TV fechada Sky Sports no valor de 191,5 milhões de libras (38,3 milhões de libras por temporada). A partir daí as cifras envolvidas para a compra dos direitos de transmissão das partidas da *Premier League* subiram de maneira quase ininterrupta,

alcançado o valor recorde de 5,1 bilhões de libras no contrato firmado em fevereiro deste ano e que entrará em vigor na temporada 2016-17, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 Evolução dos contratos de televisão da *Premier League* (valores em milhões de libras)

Ano do contrato	1992	1997	2001	2004	2007	2010	2013	2016
Nº de temporadas	5	4	3	3	3	3	3	3
Valor do contrato	191,5	670	1200	1000	1700	1700	3000	5100
Valor por temporada	38,3	167,5	400	333,3	566,6	566,6	1000	1700

A escalada de valores dos contratos de direitos de transmissão combinada ao fim da proibição da participação dos clubes ingleses em competições europeias, ocorrida em 1990, inicia um círculo virtuoso que se mantém até os dias de hoje. Com cada vez mais dinheiro em caixa fruto dos acordos com a televisão, as equipes adquiriam maior capacidade de investir na contratação de grandes jogadores, o que elevava o nível do torneio e o interesse do público, permitindo, enfim, a assinatura de acordos mais vantajosos no futuro.

Em 1996, com a adesão do futebol britânico à Lei Bosman, que derrubava os limites à contratação de jogadores de países da Comunidade Europeia ou com passaporte comunitário, a *Premier League* passou a atrair os principais atletas do mundo para os seus campos.⁵ Isso, somado à constituição dos clubes como empresas, permitindo sua compra por magnatas de todo o mundo, colocou os principais times da Primeira Divisão inglesa entre os mais ricos e poderosos do futebol europeu.

Por outro lado, a execução das recomendações anexadas ao Relatório Taylor quanto à remodelação dos estádios, combate aos torcedores violentos e melhoria dos serviços prestados tem garantido arenas cada vez mais lotadas durante todo o ano – a taxa de ocupação dos assentos é a segunda maior entre as ligas europeias, atrás apenas do Campeonato Alemão – e elevaram sobremaneira a chamada receita de *matchday*, que leva em consideração não só a bilheteria, mas o consumo do torcedor no interior do estádio com comida, estacionamento e produtos oficiais do clube. A despeito de críticas que podem ser feitas no plano social e esportivo à *Premier League*, está claro que a modernização do futebol inglês se deu por completo, aliando segurança e conforto nos estádios com alto nível técnico dentro de campo. Com isso, os jogos

⁵ Apenas dois anos depois, em 1998, o Chelsea, de Londres, se tornou o primeiro clube a ir a campo sem ingleses no time titular. A situação, repetida inúmeras vezes na *Premier League*, nunca ocorreu em nenhuma outra das principais ligas nacionais do continente europeu.

no país seguem cheios como eram nas décadas passadas mesmo com a mudança do perfil social do público-alvo dos clubes.

Tendo o bem-sucedido caso inglês em mãos, é preciso compreender quais foram os erros cometidos pelos organizadores do futebol no Brasil durante o processo de modernização do esporte no país que, ao contrário da Inglaterra, tem como efeitos estádios vazios, público desinteressado e baixo nível técnico do espetáculo em campo.

3. O CASO BRASILEIRO

Como vimos, a modernização do futebol inglês produziu um círculo virtuoso que alia dinheiro no caixa dos clubes, qualidade técnica nos gramados e lotação esgotada nas arquibancadas. Por conta disso, as transformações ocorridas na Inglaterra são tidas como o modelo a ser seguido pelos gestores do futebol no Brasil.

Porém, a modernização do nosso futebol já está em pauta – na mídia e no discurso de dirigentes de clubes e federações – há cerca de dez anos e os resultados ainda estão muito distantes dos alcançados pelas agremiações britânicas, sempre posicionadas entre as mais ricas do mundo. Para compreender o descompasso frente às ligas europeias, sobretudo a inglesa, em que vive o esporte em nosso país vamos averiguar se todas as mudanças realizadas na Inglaterra também ocorreram no Brasil e, superado este ponto, entender quais os efeitos negativos do processo de “modernização pela metade” experimentado no país.

3.1 Comissão Paz no Esporte

Determinar com exatidão o momento em que a discussão sobre a modernização do futebol brasileiro se iniciou é tarefa bastante árdua. Conforme o trauma e os debates suscitados pela derrota de 7x1 da Seleção Brasileira para a Alemanha na Copa do Mundo de 2014 deixam claros, pedidos por mudanças profundas na estrutura do nosso futebol, tanto dentro quanto fora de campo, surgem em diferentes oportunidades ao longo das décadas e derrotas do país em Copas costumam iniciar esse tipo de conversa na imprensa e entre os torcedores no Brasil. Foi assim no ano passado e também após a final perdida para o Uruguai em 1950, também dentro de casa, durante a seca de títulos mundiais que perdurou de 1974 a 1990 e depois dos 3x0 impostos pela França em 1998.

No entanto, é possível estabelecer 2004 como um marco importante nesse tema. Em março deste ano, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Comissão Nacional de Prevenção da Violência para a Segurança dos Espectáculos Esportivos, conhecida informalmente como Comissão Paz no Esporte. O objetivo do grupo, que reunia membros dos ministérios do Esporte e Justiça e também de clubes, federações de futebol, polícias militares e estudiosos do assunto, era propor medidas para a contenção da violência nos estádios do país e a consequente criação de “condições básicas de conforto e segurança para todos, torcedores e não torcedores” (KLEIN, 2004, p.5).

Com clara e manifesta inspiração no modelo modernizador inglês e estruturado a partir do conteúdo do Relatório Taylor, o documento final da Comissão, assinado pelo sociólogo e

diretor responsável por futebol do Ministério dos Esportes, Marco Aurélio Klein e datado de agosto de 2006, lista uma série de ações para a resolução do problema da violência nas praças esportivas. Entre elas, estão a formação do Cadastro Nacional de Torcedores, proposta do então ministro dos Esportes, Orlando Silva Júnior, engavetada pouco depois, endurecimento do combate aos grupos de torcedores organizados violentos, com restrição da presença em estádios e punições legais, e alterações arquitetônicas nas arenas, com a instalação de assentos em todos os setores, adoção de lugares marcados e melhorias nas instalações, elevando a oferta de bares, restaurantes e entretenimento para o público torcedor.

Significativo por apresentar o Estado brasileiro em papel proativo na busca por mudanças no futebol nacional, muitas delas extremamente necessárias, o relatório final da Comissão, assim como ocorrera com o Estatuto do Torcedor, de maio de 2003, viu a maioria das suas recomendações se tornar letra morta. Como será mostrado nos capítulos seguintes, é a adoção parcial das sugestões do documento, como a remodelação dos estádios sem alterações no modelo de policiamento, na logística de trânsito e transporte nos dias de jogos e nos serviços prestados ao torcedor, que faz com que o processo de mudanças do esporte no país se apresente hoje como uma “modernização pela metade”. A manutenção de velhas práticas ao lado de medidas modernizadoras fora de lugar acabaram impedindo a criação das tais “condições básicas de conforto e segurança” previstas pela Comissão Paz no Esporte e tiveram efeitos nocivos sobre a cultura torcedora do país e a presença de público nos estádios, deixando a taxa de ocupação do Campeonato Brasileiro muito abaixo da média mundial e atrás de países com pouca ou nenhuma tradição em futebol.

3.2 Conforto e os ingressos mais caros do mundo

O binômio conforto e segurança nos estádios dá o tom em todos os discursos sobre a necessidade de modernização do futebol brasileiro, assim como foi na Inglaterra após a tragédia de Hillsborough e o Relatório Taylor. Esses serão, portanto, os dois pontos que vão guiar a análise do caso brasileiro. Começemos pela questão do conforto.

As mudanças estruturais nos estádios foram uma das poucas medidas recomendadas pelo relatório da Comissão Paz no Esporte seguidas à risca no Brasil. Nos últimos anos, as principais praças esportivas do país tiveram seus setores onde se assistia às partidas em pé extintos ou restringidos em grande medida. O exemplo mais marcante dessa fase de remodelação das arenas nacionais é, sem dúvidas, o fim da geral do Estádio do Maracanã, ocorrido em 2005. Entretanto, a realização da Copa do Mundo de 2014 foi a grande propulsora da reconfiguração dos estádios nacionais.

Ao todo, 12 arenas foram erguidas ou reformadas nas cinco regiões do país para a disputa do torneio de seleções em território brasileiro. Ao lado dos estádios da Copa, a construção do Engenhão, no Rio de Janeiro, erguido em 2007, da Arena do Grêmio, em Porto Alegre, de 2012, do Allianz Parque, em São Paulo, de 2014 e a reforma da Arena Independência, em Belo Horizonte, finalizada em 2012, fazem com que 9 dos 12 clubes de maior torcida do Brasil atuem em estádios com cadeiras individualizadas instaladas em todos os seus setores.⁶ Além disso, cerca de 50% das partidas da Série A e 20% das da Série B do Campeonato Brasileiro são realizadas em arenas que obedecem às recomendações anexadas ao relatório final da Comissão Paz no Esporte e as exigências do padrão Fifa.

Mais do que a instalação das cadeiras, os estádios, novos ou reconstruídos, também apresentam melhorias estruturais importantes, como maior oferta de bares, banheiros limpos e amplos, número maior de acessos, vagas de estacionamento e, para atender aos profissionais diretamente envolvidos na partida, gramados de qualidade internacional, vestiários novos e bem equipados e salas de imprensa modernas.

Todas as obras necessárias para promover tais mudanças e o conseqüente aumento do gasto com manutenção das novas arenas, que contam também com mais pessoal trabalhando em sua organização, representaram custos – aos governos ou clubes – que foram repassados ao público com o aumento do preço das entradas. Situação observada há muito tempo no país⁷, os valores alcançaram nos últimos anos níveis fora da realidade nacional em que cerca de metade da população ainda recebe o salário mínimo.

Segundo estudo da Pluri Consultoria assinado pelo economista especialista em Marketing do Esporte, Fernando Ferreira, os bilhetes de partidas de futebol no Brasil são os mais caros do mundo quando se leva em conta o poder de compra da população nacional. O levantamento, realizado com base em partidas do Campeonato Brasileiro de 2013, quando seis das arenas para a Copa do Mundo ainda estavam em obras, demonstra que, em média, o ingresso mais barato para se ver um jogo no país, sem meia-entrada ou descontos para integrantes de programas de sócio-torcedor, custou R\$ 51,74 (22,62 dólares). Com a renda per capita nacional para 2013 fixada em 11.208 dólares, o estudo conclui que é possível comprar 495 entradas do Campeonato Brasileiro por habitante/ano.

⁶ Apesar de pequenas reformas nos últimos anos, os estádios do Morumbi, sede dos jogos do São Paulo Futebol Clube, da Vila Belmiro, do Santos Futebol Clube, e de São Januário, do Club de Regatas Vasco da Gama, são os únicos que ainda conservam grandes porções de arquibancadas sem cadeiras instaladas.

⁷ A título de curiosidade, em 1983, os clubes cariocas decidiram majorar em 100% o valor dos bilhetes de arquibancada em partidas no Maracanã. (ROPE, 1983, p.40)

O valor é cerca de duas vezes menor do que o poder de compra médio de ingressos entre as 13 principais ligas de futebol do planeta (1.114 ingressos por habitante/ano). Na Inglaterra, que nominalmente cobra o ingresso mais caro do mundo, a renda per capita nacional possibilita a aquisição de 774 ingressos por habitante/ano. Já na Alemanha, outro dos modelos de gestão esportiva sempre citados em debates sobre mudanças e modernização do futebol brasileiro, a entrada tem valor próximo ao cobrado no Brasil (26,28 dólares) para uma população capaz de consumir 1.716 bilhetes por habitante/ano. A disparidade também se dá com mercados de futebol de características de renda mais similares ao brasileiro, como Argentina, México e Turquia. Nestes países, o ingresso chega a custar metade do cobrado no Brasil.

O alto preço das entradas, que se somam aos gastos com transporte e alimentação, reflete-se diretamente na presença de público nos estádios. Enquanto Alemanha e Inglaterra ostentam há anos arenas com mais de 90% das cadeiras ocupadas ao longo de toda a temporada, o Brasil vem perdendo terreno também nessa disputa. Em outro levantamento da Pluri Consultoria, também com base nos dados de 2013, o Campeonato Brasileiro aparece na 34ª posição no ranking de taxa de ocupação de estádios, atrás de ligas como as da Austrália, Suíça e Ucrânia, países sem tradição futebolística, e da segunda divisão alemã, francesa e inglesa.

Com apenas 38,6% das entradas vendidas, o Campeonato Brasileiro viu, portanto, um total de nove milhões de ingressos para as suas partidas ficarem encalhados nas bilheterias dos clubes. Numericamente, o torneio levou 14.951 pessoas a cada jogo, colocando o país à frente apenas de Portugal se levarmos em conta as 13 principais ligas do planeta.

Tabela 2. Poder de compra de ingresso de futebol por habitante/ano

País	Valor médio (US\$)	Renda per capita (US\$)	Poder de compra	Média de público	Taxa de ocupação
Brasil	22,62	11.208	495	14.951	38,6%
Espanha	49,36	29.118	590	26.867	78,1%
Inglaterra	50,84	39.351	774	36.589	97,5%
Portugal	22,80	21.029	922	10.217	45,8%
Argentina	12,22	11.573	947	18.216	55%
Turquia	11,20	10.946	978	15.014	56,4%
México	10,72	10.307	962	22.939	50%
Itália	31,66	34.619	1.094	23.365	63%
Japão	34,46	38.492	1.117	17.160	62,3%
Holanda	36,22	47.617	1.315	19.289	90%
França	25,35	41.421	1.634	20.693	72,9%
Alemanha	26,28	45.085	1.716	43.173	97,7%
EUA	27,33	53.143	1.944	18.743	90,7%

Eis o primeiro problema do processo de modernização do futebol brasileiro. A construção de arenas com interiores mais confortáveis acabou ocasionando um aumento do preço dos ingressos que, atrelado a outros fatores que veremos adiante, tem como consequência principal o esvaziamento dos estádios e a perda de interesse do público torcedor pelo futebol jogado em nosso país.

3.3 Segurança e o combate à violência

O outro pilar em que se fundam os processos de modernização do futebol ao redor do mundo é a segurança e, dentro desse tema, as ações de clubes, federações e órgãos públicos se voltam fundamentalmente para o combate à violência nos estádios promovida por torcedores organizados. Conhecido durante as décadas de 1970 e 1980 como a doença inglesa (o termo *English disease* aparece no Relatório Taylor), o fenômeno dos *hooligans* nunca foi uma exclusividade britânica. No entanto, as tragédias associadas às brigas envolvendo torcedores ingleses, tanto entre si quanto contra estrangeiros em jogos dos clubes fora do país ou da seleção inglesa, os tornaram símbolos da violência no futebol e as medidas contra o hooliganismo

tomadas no Reino Unido desde o início da década de 1990 são hoje o exemplo a ser seguido por outros países.

No Brasil, isso não é diferente. As recomendações da Comissão Paz no Esporte são as mesmas feitas pelo Relatório Taylor, inclusive propondo a criação do malfadado Cadastro Nacional de Torcedores, ideia que não prosperou no Reino Unido e tampouco aqui. Há, no entanto, diferenças gritantes na forma como as medidas sugeridas pelos governos foram implementadas nos dois países e tal situação se reflete na manutenção da violência em estádios brasileiros enquanto as brigas e o hooliganismo foram majoritariamente extirpados das arenas inglesas nos últimos 20 anos.

Vale, portanto, analisar como a questão da segurança é tratada nos dois países. Para começar, devemos mencionar a classificação feita por Bryan Drew, diretor da *Football Police Unit* (FPU), órgão responsável pelo trabalho policial voltado ao combate à violência nos estádios ingleses, entre 2005 e 2013. Segundo ele, há três tipos de torcedores na Inglaterra. Sua definição pode ser transportada para a realidade brasileira.⁸

Primeiro você tem as pessoas que nunca irão causar um problema. Depois, você tem uma pequena minoria que vai com o intuito de ser um problema. E entre essas duas, você tem um grupo de pessoas que pode se comportar de uma forma ou de outra, dependendo de quanta bebida tomarem ou das oportunidades para bagunça no caso da polícia não estar presente. (ALVITO, 2014, p.43-44).

De forma geral, o que Brew estabelece é que a ação policial e das demais autoridades envolvidas na organização de um jogo de futebol, tanto dentro quanto nos arredores do estádio, deve se dar em dois planos. Combater os torcedores que vão às partidas com o intuito de brigar e criar confusões e, por outro lado, buscar formas de evitar que as circunstâncias levem uma parte do público, bem maior do que aquela representada pelos *hooligans*, a tomar atitudes violentas. Vinte e cinco anos depois do Relatório Taylor, o futebol inglês pode se orgulhar de ter atuado nas duas frentes com sucesso.

Quanto aos torcedores violentos, o foco do trabalho é na prevenção dos choques entre torcidas e na restrição da presença de *hooligans* nos estádios. Para isso, o governo britânico introduziu o *Football Offences and Disorder Act*, em 1999. Na lei, foi criado o dispositivo das *Football Banning Orders* (FBO), medidas voltadas a impedir que os chamados “torcedores de risco” frequentem estádios do país e também deixem o país para acompanhar partidas do seu

⁸ A citação foi extraída da fala do historiador e antropólogo brasileiro Marcos Alvito durante o II Simpósio Internacional Hooliganismo e Copa de 2014, realizado em abril de 2012, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

clube ou da seleção inglesa. As punições costumam variar entre três e cinco anos. Atualmente, cerca de 3 mil ingleses estão sob FBO e são obrigados a se apresentar em um distrito policial antes de jogos do seu clube, não podem frequentar bares no entorno do estádio e têm seu passaporte retido em dias de partidas fora do Reino Unido, seja entre clubes ou seleções.

Para identificar e punir os “torcedores de risco”, cada um dos 92 clubes das quatro divisões do futebol inglês conta com um agente, o *Football Intelligence Officer* (FIO), que acompanha todas as partidas do clube, dentro ou fora de casa, in loco e monitora os torcedores perigosos. Na véspera dos jogos, os FIO dos times que irão se enfrentar trocam informações sobre as respectivas torcidas, que também podem ser acessadas via internet. As técnicas para coibir a violência ainda vão além, pontua Alvito:

Para obter informações vale tudo, inclusive recrutar espiões dentre os grupos de hooligans, recompensando o informante com dinheiro ou com um alívio de pena. Muitas informações, porém, são voluntariamente obtidas juntos aos próprios hooligans, que depois de horas bebendo no pub muitas vezes dão com a língua entre os dentes, anunciando ações futuras ou vangloriando-se do que já fizeram diante do FIO. (ALVITO, 2014, p.44)

Como é possível perceber, a polícia inglesa se vale de um banco de dados com informações detalhadas, tecnologia e trabalho pesado dos FIO para conseguir barrar a presença de torcedores violentos nas arenas do país, garantindo a segurança de todos os espectadores e também de quem vive ou trabalha no entorno dos estádios.

No Brasil, a situação é inversa. O uso de tecnologia é baixo, trabalhos de inteligência e investigação por parte da polícia não acontecem e apenas o estado do Rio de Janeiro conta com um destacamento de policiais voltados exclusivamente para atuar em praças esportivas. Porém, o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (Gepe), criado em 1991, conta com estrutura deficiente, servidores mal remunerados – assim como todos os demais policiais militares do país – que encaram sua atuação nos estádios como a ida para um confronto com os torcedores organizados, especialmente em dias de clássicos estaduais, quando o risco de choque entre as torcidas é maior. Esse pensamento de preparação para o combate e suas consequências negativas ficam claras na narração de Alvito a partir de uma experiência vivida por ele:

Quando havia confusões com torcedores, do mesmo time ou de equipes rivais, na maioria das vezes, os policiais do Gepe não filmavam, não apartavam, não prendiam: como se também eles fossem um grupo de brigões, empunhavam seus cassetetes, de maçaranduba ou não, e saíam “varrendo” ou “escovando” os torcedores em todas as direções. [...] A lógica do confronto adotada pela polícia retroalimenta, desta forma, as raízes do fenômeno que ela, nominalmente, deveria impedir: o sadismo

policial encaixa-se perfeitamente no sadomasoquismo torcedor. (ALVITO, 2014, p. 46-49)

Com as forças policiais demonstrando total despreparo e falta de recursos para identificar e coibir a ação dos torcedores violentos, o discurso que se espalha pela imprensa – com o apoio de autoridades públicas, dirigentes esportivos e até mesmo torcedores – como solução para a violência nos estádios é o que pede o fim das torcidas organizadas. Sem capacidade para tanto, a medida mais comumente adotada nos últimos anos é a suspensão temporária, por períodos que não ultrapassam um ano, dos agrupamentos.

A proibição de comparecimento aos estádios nesses moldes é falha em todos os sentidos. Primeiro, porque a falta de um banco de dados que identifique os torcedores violentos faz com que eles continuem frequentando os estádios durante o período em que a punição ao grupo que fazem parte vigora. Para acompanhar os jogos sem serem incomodados, basta que evitem trajar as roupas da torcida. A suspensão de toda a torcida também impede o uso de faixas, bandeiras ou instrumentos musicais, o que acaba, como efeito colateral, por dificultar a festa promovida pelo público nas arquibancadas.

Além disso, a proibição de uma torcida organizada inteira, normalmente após brigas generalizadas com saldo de feridos ou mortos, é um grave atentado a um dos fundamentos do Direito. Como explica a jurista e criminóloga Anastassia Tsoukala, também em participação no II Seminário Internacional Hooliganismo e Copa de 2014, esse discurso “descarta a presunção de inocência em favor de uma verdadeira pressuposição da culpa” (TSOUKALA, 2014, p.26).

A situação, aliás, não é uma exclusividade brasileira. Na Inglaterra, apesar de todo o aparato tecnológico e de informações utilizado, alguns torcedores são banidos de estádios apenas por frequentarem os mesmos pubs de *hooligans* ou tê-los como amigos. No entanto, “nove em cada dez torcedores que sofrem uma FBO praticaram violência, oito em cada dez estiveram envolvidos em atitudes racistas” (ALVITO, 2014, p.45). Ou seja, injustiças e ataques aos direitos civis dos cidadãos também ocorrem na Inglaterra, mas como a exceção dos casos.

No Brasil, onde, segundo o pesquisador Maurício Murad, no livro ‘A Violência no Futebol’, apenas de 5 a 7% dos integrantes de torcidas organizadas se engajam em confrontos com outros grupos, a injustiça, quando de uma proibição aplicada a toda uma facção, se transforma na regra e recebe os aplausos de boa parte da imprensa especializada e da opinião pública.

Estão expostos os dois problemas cruciais do processo de modernização em curso no futebol brasileiro. Porém, há outras questões que freiam o avanço do esporte no país, sua

inserção no grupo das principais ligas nacionais do mundo e que tornam o país o exemplo de uma “modernização pela metade”.

3.4 Modernização pela metade

Antes de mais nada é importante caracterizar que o conceito de “modernização pela metade”, citado anteriormente e desenvolvido a partir de agora, diz respeito a apenas um aspecto da crítica aos processos de modernização do futebol. Aqui, vamos tratar especificamente dos limites e consequências negativas que a implantação irregular e falha de algumas mudanças tiveram sobre o negócio do futebol brasileiro. Questões de caráter sociocultural, como a gentrificação nos estádios do país e o combate à cultura torcedora nacional, serão debatidas no capítulo 4.

Como já visto, o binômio conforto-segurança, pilares da modernização do esporte em todo o mundo, não foram, até o momento, alcançados com sucesso nas arenas brasileiras. Isso se reflete em altos preços cobrados por entradas para os novos (e também nos velhos) estádios do país, afastamento do público e no insucesso do trabalho policial em busca da extinção da violência nas praças esportivas.

Para identificar as causas do desempenho aquém do esperado das medidas de modernização do futebol, é preciso agora unir os conceitos conforto e segurança. Como o exemplo inglês deixa claro, conforto não se alcança somente com cadeiras individualizadas espalhadas pelas arquibancadas ou com a instalação de banheiros mais limpos no interior dos estádios. A segurança do público também não se resume à perseguição aos grupos de torcedores organizados e o impedimento do uso de faixas e bandeiras nas arenas.

Este é o grande gargalo da modernização do futebol brasileiro. As medidas implementadas até agora não conseguiram garantir conforto e segurança plenos àqueles que frequentam as praças esportivas do país porque os dois conceitos não são compreendidos de maneira ampla e buscados de forma coordenada. Acredita-se por aqui que belos estádios e policiamento reforçado são a solução para todos os problemas do nosso futebol. Não são, pois é preciso garantir que se preze pelo conforto e segurança do torcedor durante toda a sua experiência de ir a uma partida de futebol e não é isso que acontece no Brasil nos dias de hoje. Na verdade, assistir a um jogo in loco no Brasil pode se transformar em um calvário para o torcedor.

Imaginemos a situação hipotética de um pai que resolve levar seu filho a um jogo do Clube de Regatas do Flamengo, seu time, às 22 horas de uma quarta-feira, no Estádio do Maracanã. Moradores do bairro de Olaria, Zona Norte do Rio, e sem ingresso garantido, os dois

saem de casa por volta das 20h30 e chegam ao estádio de trem. Nos arredores do Maracanã, encontram uma longa fila já formada nas bilheteiras. Apesar dos muitos guichês instalados após a última reforma, apenas quatro estão funcionando, o que atrapalha o andamento das vendas. O horário da partida se aproxima e pai e filho ainda não conseguiram obter seus ingressos.

Após cerca de 40 minutos na fila, onde foram abordados seguidas vezes por cambistas oferecendo ingressos, a dupla finalmente compra seus bilhetes e parte em correria, e junto com outros torcedores, para a entrada indicada, que fica longe da bilheteria. Os dois precisam enfrentar uma nova espera, agora ocasionada pela revista manual feita pelos policiais a cada torcedor e o número de catracas insuficiente para a quantidade de pessoas querendo ingressar no estádio ao mesmo tempo.

Devido às filas, pai e filho perdem os primeiros cinco minutos de partida. No intervalo, mais uma fila, agora para comprar um lanche. Pipoca e refrigerante não saem por menos de R\$ 10. No decorrer do segundo tempo, os dois precisam tomar uma decisão importante. Deixar o estádio antes do apito final e tentar embarcar no último trem de volta para Olaria, que deixa a estação Central do Brasil, a poucos minutos do Maracanã, às 23h30, ou aguardar o término do jogo e retornar para casa, provavelmente depois da meia-noite, em um ônibus.

Se a escolha for pela segunda opção, eles terão que correr para não perder o transporte, que passa em intervalos muito espaçados durante a madrugada, e talvez se arriscar entre os carros que lotam as vias no entorno do Maracanã para conseguir atravessar as ruas que separam a saída do estádio do ponto de ônibus. A chegada em casa, na véspera de um novo dia de estudo e trabalho, não deve acontecer antes da 0h40.

A imagem criada deixa claro que faltam conforto e segurança para o torcedor de futebol no Brasil independentemente do estado de conservação das arenas da Copa. A lista com os problemas de organização e logística de uma partida no país é extensa. Faltam bilheteiras e catracas em quantidade suficiente para atender um público que normalmente chega junto e em cima da hora do jogo ao estádio, entre outros fatores pela falta de atrativos dentro da arena para além do duelo entre as equipes. Falta um esquema especial de trânsito para o entorno das arenas e sistema de transporte público reforçado para atender o torcedor e evitar acidentes. Falta a adoção de horários dos jogos que possibilitem à massa torcedora acompanhar a partida sem precisar sair mais cedo ou se arriscar andando pelas ruas durante a madrugada.

Tudo isso é “conforto enquanto respeito”, nas palavras de Marcos Alvito. Ele também cita a falta de banheiros públicos no entorno dos estádios, que levam torcedores a urinar nas ruas, causando mau cheiro, como outro dos inúmeros percalços que o torcedor comum precisa

enfrentar para ir a um jogo. As falhas de organização causam desconforto e insegurança ao torcedor.

Voltando à classificação feita por Bryan Drew, o antigo diretor da *Football Police Unit* inglesa, a grande maioria dos espectadores se comporta de maneira violenta a partir das circunstâncias que se apresentam. Sem dúvidas, longas filas na bilheteria ou nas entradas a poucos minutos do jogo, a preocupação em como voltar para casa, os preços extorsivos cobrados por lanches, a ação livre de cambistas são todos aspectos que podem influenciar no comportamento do torcedor e desencadear choques entre o público e as forças policiais.

Neste cenário, a conclusão é simples. Onze anos depois do estabelecimento da Comissão Paz no Esporte, o futebol brasileiro mudou muito, com a construção de estádios mais modernos e cobrança de ingressos mais caros, mas deixou de promover as mudanças realmente necessárias para garantir conforto e segurança ao torcedor. Eis a nossa “modernização pela metade”, que impede o Brasil de chegar ao patamar de desenvolvimento e organização das grandes ligas europeias.

E se não há de fato conforto e segurança para o torcedor, por que seguimos cobrando os ingressos mais caros do mundo? A resposta reside no desalinhamento entre discurso e prática dos defensores do processo de modernização/europeização do futebol brasileiro. Enquanto boa parte dos nossos dirigentes esportivos apontam a necessidade de se instaurar uma lógica empresarial sobre a gestão esportiva, com vistas ao incremento de receitas e consequente equiparação do esporte nacional com os grandes centros do mundo, suas ações tomam o caminho contrário.

Vejam o que acontece, retomando o exemplo do pai e filho que pretendem ir a um jogo do Flamengo no Estádio do Maracanã. Levando em conta os valores cobrados pelo clube carioca nas partidas em casa do Campeonato Brasileiro de 2015 e que o adolescente tenha mais de 12 anos, os dois gastaram, se escolherem o setor mais barato da arena, R\$ 75 para assistir ao jogo, fora as despesas com transporte e alimentação. Sem total conforto e segurança, a dupla, muito provavelmente, verá um confronto entre duas equipes de baixo nível técnico. Este é o futebol brasileiro modernizado pela metade: caro, desconfortável, inseguro e sem qualidade. Na Inglaterra, para efeito de comparação, o produto futebol é caro (porém proporcionalmente mais barato do que no Brasil), confortável, seguro e de altíssima qualidade.

Nesse cenário, o círculo virtuoso do futebol inglês, há cerca de 25 anos numa espiral de mais dinheiro, melhores jogadores e estádios mais cheios, que gera maiores receitas, se transforma, no Brasil, em círculo vicioso. Por aqui, com o nível técnico dos atletas em declínio e as grandes promessas sendo rapidamente vendidas para clubes europeus e também centros

menos influentes, como o Oriente Médio e a China, o interesse do público tende a cair e isso se reflete em receitas ainda muito longe dos padrões alcançados por equipes médias do Velho Continente. A comparação com clubes como Real Madrid e Manchester United chega a ser injusta.

Para responder a esse quadro de desvalorização do espetáculo e desinteresse do público os clubes e federações, apesar de adeptos do discurso empresarial, não praticam sequer a lei da oferta e da procura sobre o produto que oferecem aos torcedores. É comum ver diretores de clubes rechaçarem uma redução vigorosa nos preços das entradas porque tal atitude, na teoria, iria desvalorizar o espetáculo. Ou seja, mesmo diante de um número decrescente de pessoas interessadas em acompanhar uma partida de futebol no estádio, as direções insistem em elevar o preço. Essa tática não funcionaria para a venda de uma caixa de leite, de um eletrodoméstico ou de um carro e, apesar de suas peculiaridades, também não funciona para o futebol, conforme explica o economista Fernando Ferreira:

Ao praticamos preços incompatíveis com a renda da população (nos ingressos mais baratos, é importante frisar) excluimos do público-alvo do futebol parte considerável de seus potenciais consumidores. E para aqueles que tem renda suficiente oferecemos um produto de qualidade decrescente, a preços crescentes, em um cenário em que as opções de entretenimento disponíveis são cada vez maiores. Alguns argumentos tentam justificar essa estranha contradição, um dos mais recorrentes é o de que os preços baixos “desvalorizam o produto”. Mas tem algo pior para o futebol do que um jogo ruim disputado em estádio vazio? (FERREIRA, 2014, p.2)

Respondendo à pergunta de Ferreira que encerra o trecho acima, é possível sim imaginar algo pior para o futebol do que um jogo ruim disputado em estádio vazio. É a falta de perspectiva de mudança nos rumos tomados pela administração do esporte no Brasil. Hoje, as forças que comandam ou podem influenciar os caminhos do futebol brasileiro – clubes, federações, imprensa, governo e também os torcedores – não se mobilizam para solucionar os problemas que lhes competem e exercer pressão para que os outros gargalos sejam resolvidos.

Teoricamente os principais interessados em ver o futebol brasileiro pujante, com casa cheia e atletas de primeiro nível disputado os torneios nacionais, os clubes, salvo raríssimas exceções⁹, seguem majorando o preço das entradas e buscando fazer caixa em situações

⁹ Nos últimos anos, São Paulo Futebol Clube e Fluminense Football Club colocaram em prática agressivas políticas de preço das entradas, com valores que chegavam a R\$ 2, no caso da equipe carioca, e R\$ 10, no caso da paulista, durante partidas do Campeonato Brasileiro. Esses clubes tiveram retorno imediato de público nas arquibancadas.

especiais, como jogos finais e duelos eliminatórios, e não discutem com os demais entes formas de promover melhorias na infraestrutura no entorno dos estádios e acertar uma tabela de horários que atenda mais aos frequentadores das praças esportivas e menos às grades de programação das emissoras detentoras dos direitos de transmissão das competições de futebol do país.

Outra falha dos clubes está nos programas de sócio-torcedor. Criados nos últimos anos – as exceções são os gaúchos Internacional e Grêmio, com projetos de longa data e grande adesão –, essa nova modalidade de fidelização do público segue sendo mal explorada. Clubes com mais de 30 milhões de torcedores, Corinthians e Flamengo têm, respectivamente, apenas 107 mil e 57 mil associados. Para Ferreira, a adesão do público é baixa porque a principal arma das equipes para atrair afiliados é apelar para a paixão do torcedor, instando-o a fazer um sacrifício (como se a simples ida ao estádio já não o fosse) em prol da saúde financeira do clube.

Pesquisa da Pluri Consultoria de outubro de 2013 revelou que apenas 12% dos brasileiros que declaram preferência por um time de futebol se consideram “fanáticos”, ou seja, somente uma minoria do público tende a se comover com discursos que evoquem sua paixão eterna pelo clube e sua disposição em sacrificar-se pela instituição. A maioria que resta, separada na pesquisa entre “torcedores”, “simpatizantes” e “indiferentes”, tem no futebol, em diferentes graus, mais uma opção de lazer e decide gastar dinheiro com futebol (seja com ingressos avulsos ou adesão ao programa de sócio-torcedor) se, em troca, receber conforto, segurança e a expectativa de assistir a um bom jogo.

Como os clubes, em sua maioria, não oferecem nenhum dos três itens de maneira satisfatória, o torcedor ocasional, quando se torna sócio, o faz exclusivamente em momentos de alta da equipe e durante campanhas vitoriosas, abandonando o programa no momento em que o time entra em declínio ou um ídolo é vendido. A fidelização do público, portanto, não se cumpre e forma-se um novo círculo vicioso. Com um baixo número de afiliados, o clube não consegue garantir que todos os assentos do estádio serão reservados para sócios. Sem o risco iminente de ficar fora das partidas, o torcedor não tem estímulo para engajar-se nos programas de sócio-torcedor, que passam a representar, para o público não fanático, apenas um gasto extra.

Por conta de todos os erros e desafios à gestão do esporte expostos neste capítulo, o fenômeno da “modernização pela metade”, atrelado à crescente oferta de entretenimento nas cidades, principalmente com a expansão dos shopping centers para os subúrbios das metrópoles e cidades médias, coloca o futebol brasileiro sob o risco cada vez maior de se tornar um programa para ser consumido em casa ou bares e restaurantes, onde os custos são menores e o

binômio conforto-segurança estão melhor contemplados, do que nas arquibancadas dos estádios.

4. O CASO MARACANÃ

Símbolo maior do futebol brasileiro e palco de duas finais de Copa do Mundo, em 1950 e 2014, o Estádio do Maracanã também é um exemplo claro dos efeitos da “modernização pela metade” do esporte no país. Alvo de grandes transformações ao longo dos seus 65 anos, o estádio passou por três reformas desde 1999 que alteraram sobremaneira a sua configuração como forma de atender às recomendações impostas pela Fifa em praças esportivas que pretendem sediar competições internacionais, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, garantindo conforto e segurança ao público.

Dentro deste contexto, vamos averiguar em que medida as mudanças recentes no aspecto arquitetônico e na administração do estádio, em especial o fim da geral, em 2005, e a privatização da arena, em 2013, atuaram no processo de modernização do futebol brasileiro.

4.1 Histórico das reformas do Maracanã

Diferentemente do que se costuma propagar, a estrutura do Maracanã nunca permaneceu intacta. Antes das três grandes reformas que alteraram de maneira profunda a configuração do antigo Maior do Mundo a partir de 1999, o estádio passou, ao todo, por 37 reformas entre a sua inauguração, em 1950, e o ano de 1998. Em meio a diversas intervenções menores, obras de vulto que forçaram a interdição parcial ou total do lugar por períodos prolongados ocorreram desde meados da década de 1980.

A primeira delas aconteceu em 1985. Na ocasião, as marquises do estádio passaram por reformas e o piso da geral foi elevado em 45 centímetros como forma de melhorar a visão do gramado dos torcedores que frequentavam o setor mais barato do estádio. Quatro anos depois, nova intervenção, desta vez visando a realização de partidas válidas pela Copa América de 1989. A principal ação da obra foi a ampliação das instalações de imprensa.

No entanto, ainda parecia faltar muito para o Maracanã colocar-se no mesmo patamar de infraestrutura dos principais estádios europeus. Naquele mesmo ano, uma equipe de vistoria da Fifa reprovou as condições do estádio e enterrou o sonho brasileiro de sediar uma nova Copa do Mundo em 1994. O torneio acabou sendo disputado nos Estados Unidos, com diversas arenas de futebol americano recebendo os duelos, inclusive a grande final entre Brasil e Itália, disputada no Rose Bowl, estádio famoso por receber evento homônimo de futebol americano universitário.

Em 1990, as falhas apontadas pelos avaliadores da Fifa provocaram o fechamento do estádio. A interdição ocorreu após o então secretário de Esportes, Zico, denunciar que as

arquibancadas do Maracanã haviam tremido durante jogo entre Flamengo e Corinthians pelo Campeonato Brasileiro. Um laudo técnico feito na sequência apontou risco de desabamento dos três primeiros degraus do anel superior. Em 21 de outubro de 1990, um dia depois do anúncio do fechamento para revisão das estruturas, reportagem do jornal O Globo narrava o estado de degradação do Maracanã:

O torcedor da geral, por exemplo, antes de se acomodar para ver o jogo, vai notar que as paredes de várias colunas estão descascadas, com a ferrugem da estrutura aparecendo, cheia de ferrugem. Vai notar também rachaduras nas paredes. Talvez até sinta um certo medo diante de tantos entulhos, buracos nas paredes em corredores mal iluminados. Ou se assuste ao passar pelo túnel de acesso e sentir cair sobre sua cabeça pingos de água. Se olhar em volta mais atentamente, vai se deparar com gatos mortos. Se for um pouco exigente – ou cuidadoso – desistirá de ir ao banheiro, por causa do mau cheiro, ausência de vasos sanitários, falta de água nas torneiras. E também porque terá que passar por poças de água parada. (AREAS, 1990, p.66)

O estádio passou cerca de seis meses em obras. A principal intervenção foi a instalação de pilares extras na área das cadeiras para sustentação do anel superior. Sem dinheiro, a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj), instância do Governo do Estado responsável pela manutenção e administração do Maracanã, entregou o serviço para os organizadores do evento musical Rock in Rio, realizado no estádio em janeiro de 1991, enquanto jogos de futebol estavam proibidos no local. Os novos pilares acabaram produzindo pontos cegos no anel inferior, onde ficavam as cadeiras azuis.

Segundo as autoridades, a reforma de 1990 também serviu para reforçar as grades de proteção das arquibancadas. No entanto, apenas dois anos depois, em 19 de julho de 1992, parte da estrutura cedeu pouco antes do início do duelo entre Flamengo e Botafogo que decidiria o Campeonato Brasileiro daquele ano. Três pessoas morreram com a queda de quase cinco metros de altura e outras 200 ficaram feridas.

De maneira similar ao ocorrido em Hillsborough três anos antes, alguns jornais, como O Globo, publicaram que uma confusão iniciada por integrantes da torcida organizada Raça Rubro-Negra poderia ter sido a causa do incidente. Porém, foi constatado no dia seguinte à tragédia que um dos parafusos da grade que desabou estava enferrujado e corroído. O Maracanã voltaria a ser fechado para obras logo depois.

A despeito das reformas anteriores, é em 1999 que se inicia o período de grandes intervenções no Maracanã. Para atender às exigências da Fifa de estádios sem áreas para se assistir aos jogos em pé e ter condições de sediar o Mundial de Clubes de 2000, a Suderj instalou

bancos nas arquibancadas, restringindo a capacidade de público no local e, como medida de segurança, dividiu os setores do anel superior com grades. Também foi anunciado o fim da geral, mas a área permaneceu fechada durante o torneio internacional e voltou a funcionar nas competições nacionais.

A promessa feita seria cumprida em abril de 2005. Agora, a imposição eram as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Pan-Americanos de 2007 que o estádio receberia. O Governo do Estado do Rio de Janeiro decretou o fim da famosa geral com o avanço das cadeiras azuis sobre o antigo setor popular e o rebaixamento do gramado em 1,20 m. O estádio permaneceu cerca de um ano fechado para obras e as intervenções, como os responsáveis pelas reformas alardearam na imprensa, deixariam o Maracanã pronto para sediar qualquer evento de nível internacional, inclusive partidas de Copa do Mundo.

Três anos depois, tudo mudou. A vitória da candidatura brasileira para receber a Copa do Mundo de 2014 – e consequentemente a Copa das Confederações de 2013 – forçou um novo fechamento. Foram cerca de três anos de uma obra, avaliada em mais de R\$ 1 bilhão, que reconstruiu o Maracanã por completo. Toda a estrutura interna do estádio – cadeiras, arquibancadas, tribuna, camarotes e área de imprensa – foi posta abaixo. Depois de discussões entre o governo estadual e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a tradicional marquise de concreto foi substituída por uma lona, que passou a cobrir todos os assentos do estádio. Os dois anéis foram unidos em um só nível, extinguindo a divisão entre cadeiras e arquibancadas. Por fim, todo o Complexo Esportivo do Maracanã, que engloba, além do estádio, o Ginásio do Maracanãzinho, o Parque Aquático Júlio Delamare e a Pista de Atletismo Célio de Barros, foi privatizado e concedido ao consórcio Maracanã SA, formado pelas empresas Odebrecht, IMX Venues e AEG pelos próximos 25 anos.

Foram 30 anos de reformas no Maracanã, sempre com vistas à realização de eventos esportivos internacionais e adaptação da estrutura do estádio às exigências do futebol moderno que não comporta velhas práticas do torcedor. É momento de analisar erros e acertos desse processo que nos levaram à “modernização pela metade” brasileira.

4.2 Fim da geral e privatização

Ir ao Maracanã já foi um programa barato. Desde a construção do estádio, em 1950, a geral se constituiu como um ambiente onde era possível acompanhar as partidas pagando pouco e se divertindo muito a poucos metros dos grandes craques que desfilavam pelo gramado. Com a camisa do clube, o radinho de pilha colado ao ouvido e gritando instruções aos jogadores do time de coração ou improperios aos adversários, os frequentadores do setor mais popular do

Maracanã passaram à História como os geraldinos. Era ali que ficavam as maiores personagens da torcida e, às vezes, do jogo, como o ladrilheiro que invadiu o campo para impedir empate do Vasco contra o Flamengo em partida que valeu o título de campeão carioca de 1981 ao rubro-negro.

O clima no setor era de comunhão entre os torcedores dos dois lados. Até o seu fim, em 2005, a geral permaneceu sem grades para separar adversários. As brigas eram raras e imperava a paz, situação bem diferente da experimentada nas arquibancadas, onde os tumultos sempre foram mais recorrentes e a divisão das torcidas, primeiro com cordão de policiais e depois com a instalação de grades entre os setores, se fazia necessária desde os anos 1980, época em que foram registrados os primeiros arrastões também na geral.

Hoje idealizada por muitos, a geral também tinha muitos problemas. A visão do campo era ruim, com os torcedores mais altos mantendo a linha de visão na cintura dos jogadores. Passes rasteiros eram ignorados pelos geraldinos. A situação ainda se agravou na década de 1980 quando placas de publicidade passaram a tomar conta do entorno do gramado. Para solucionar o problema, o setor foi elevado em 1985, mas os anúncios também cresceram de tamanho. Nessa queda de braço, perderam os torcedores, que viram a geral permanecer fechada – no discurso das autoridades por questões de segurança – entre os anos de 1995 e 1999.

Além das dificuldades para acompanhar o desenrolar dos jogos, o geraldino ainda se sujeitava a receber sacos de urina e copos de cerveja, arremessados da arquibancada ou das cadeiras, na cabeça. Para piorar, a estrutura do setor era péssima, com poucos e malconservados banheiros, o que era a tônica em todo o estádio, aliás. Conforto e segurança eram palavras que passavam longe das definições sobre a geral.

Não se pode perder de vista essas duas dimensões do espaço. Se o antigo Maracanã era um espaço inclusivo, que permitia que todas as classes sociais se reunissem em conagração para torcer e vibrar e no qual as tensões da sociedade pareciam suspensas durante o tempo de jogo, a configuração do estádio também se mostrava excludente, ao colocar uma parcela significativa do seu público, notadamente os mais pobres, em posição subalterna, como torcedores de segunda classe sem nenhum direito ao mínimo de conforto e segurança.

A situação, aliás, não é exclusividade do Maracanã e remonta mesmo a um período anterior à construção do estádio, como Mário Filho mostra em *O negro no futebol brasileiro*, referindo-se à popularização do futebol no Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX:

O torcedor, sem colarinho e gravata, branco, pobre, mulato, preto, preferindo o Fluminense, o Botafogo, o Flamengo, ao Bangu, ao Mangueira, ao Andaraí. Sendo

mais do clube de gente fina do que do clube de operários. O Fluminense, o Botafogo, o Flamengo, também tinham lugar para ele. Na geral. Da geral ele olhava a arquibancada. Uma beleza. Assim de moças, com os seus vestidos claros, os seus chapéus floridos. Tudo como devia ser. Nada de mistura. (FILHO, 2003. p. 60)

É evidente que o momento narrado por Mário Filho não se compara aos tempos da geral do Maracanã. Das décadas de 1910 a 1930, os principais clubes cariocas sequer permitiam a participação de negros em suas equipes e o preconceito presente numa atitude como essa era pouquíssimo combatido na imprensa e na sociedade de forma geral. No entanto, a lógica é a mesma. Conceder espaço para que os mais pobres compareçam ao estádio não é o bastante. O torcedor, pobre ou rico, merece e exige um mínimo de conforto e segurança para acompanhar as partidas. Por outro lado, é preciso que se equilibre essa situação com preços compatíveis com a renda média da população. As duas últimas reformas do Maracanã responderam de maneiras distintas a esse problema e isso se refletiu em resultados bastante diferentes no que diz respeito à presença de espectadores mais pobres no Maracanã.

Para começar a análise, vale olhar a tabela abaixo, que lista o preço do ingresso mais barato nas finais de Campeonato Carioca desde 1995 e traça comparativo do valor em relação ao salário mínimo vigente à época da partida.¹⁰ É possível perceber, antes de mais nada, como, em seus últimos 11 anos de existência, a geral permaneceu mais tempo fechada do que aberta. Em seis decisões estaduais de 1995 a 2005, o setor não funcionou.

¹⁰ Com o Maracanã fechado, as finais de 2011, 2012 e 2013 foram disputadas em outras praças. O Estádio Nilton Santos (Engenhão) recebeu a decisão nos dois primeiros anos enquanto o Estádio Raulino de Oliveira, em Volta Redonda, foi palco da final de 2013.

Tabela 3. Comparativo finais e salário mínimo

Ano	Ingresso popular	Salário Mínimo	Proporção	Setor
1995	R\$ 5	R\$ 100	5%	Geral
1996	R\$ 10	R\$ 112	8,92%	Cadeira
1997	R\$ 10	R\$ 120	8,33%	Cadeira
1998 ¹¹	R\$ 10	R\$ 130	7,69%	Arquibancada
1999	R\$ 10	R\$ 136	7,35%	Arquibancada
2000	R\$ 5	R\$ 151	3,31%	Geral
2001	R\$ 15	R\$ 180	8,33%	Arquibancada
2002	R\$ 10	R\$ 200	5%	Arquibancada
2003	R\$ 3	R\$ 240	1,25%	Geral
2004	R\$ 3	R\$ 260	1,15%	Geral
2005	R\$ 5	R\$ 300	1,66%	Geral
2006	R\$ 15	R\$ 350	4,28%	Cadeira
2007	R\$ 30	R\$ 380	7,89%	Cadeira
2008	R\$ 30	R\$ 415	7,22%	Cadeira
2009	R\$ 30	R\$ 465	6,45%	Cadeira
2010	R\$ 30	R\$ 510	5,88%	Cadeira
2011	R\$ 30	R\$ 545	5,50%	Arquibancada
2012	R\$ 30	R\$ 622	4,82%	Arquibancada
2013	R\$ 50	R\$ 678	7,37%	Arquibancada
2014	R\$ 100	R\$ 724	13,81%	Setor Norte/Sul
2015	R\$ 60	R\$ 788	7,61%	Setor Norte/Sul

Observando a tabela, é possível dividir os últimos 20 anos do Maracanã em três períodos. O primeiro vai de 1995 a 2005. O segundo começa em 2006 e termina em 2010 e o último, iniciado após o fim da obra para a Copa do Mundo, está em vigor desde 2014. Vamos analisá-los um a um.

O primeiro momento, de 1995 a 2005, corresponde à fase do estádio que se costuma chamar de antigo Maracanã. Apesar de obras anteriores e a colocação de bancos nas arquibancadas em 1999, a configuração da praça esportiva era bastante similar ao original, com a geral sendo o setor mais popular do estádio. Os preços cobrados nas cadeiras e arquibancadas também se mantinham em níveis baixos.

Nesse período, o salário mínimo nacional – que, via de regra, representa o rendimento mensal de 50% da população ocupada – também permanecia em patamares baixos, com aumentos que por vezes ficavam abaixo da inflação. No entanto, os valores cobrados, especialmente quando a geral esteve à disposição do público, eram bastante acessíveis

¹¹ Para 1998, foi considerada tabela de preços do duelo entre Vasco e Flamengo que decidiu a Taça Guanabara. Campeão carioca automático por ter vencido os dois turnos, o Vasco levantou a taça em jogo contra o Bangu, no Estádio de Moça Bonita.

chegando, nos anos de 2003, 2004 e 2005 a representar cerca de 1,5% do salário mínimo. Em linhas gerais, o torcedor nesse período, apesar dos baixos salários que percebia, tinha condições financeiras de ir com frequência ao Maracanã, inclusive em finais, ao preço, entretanto, da falta de conforto e segurança, como vimos anteriormente.

O segundo momento, que abrange o período entre os anos de 2006 e 2010, se caracteriza por mudanças no estádio e na renda do torcedor. O fim da geral e o aumento do espaço reservado às cadeiras azuis no final de 2005 eleva o preço das entradas rapidamente. Entre 2005 – última decisão com a geral – e 2007, o valor do ingresso mais barato aumentou em seis vezes. Em contrapartida, a segunda fase coincide com o momento em que o salário mínimo (e a renda média nacional como um todo) passa a ser elevado de maneira vigorosa, sempre com aumentos reais. A taxa de desemprego no país também cai com consistência no período, passando, na média anual, de 10% para 6,7%.

Isso se reflete no poder de compra do torcedor, que aumenta progressivamente com a estabilização do valor do ingresso até 2010. Quando o Maracanã fecha para obras, a entrada a R\$ 30 para a final do Carioca ainda se mantém por mais dois anos no Engenhão. Com isso, a relação ingresso-salário mínimo volta, em 2012, ao patamar da decisão de 1995 – 4,82% contra 5% - quando a geral custou apenas R\$ 5,00.

Por fim, o terceiro período, iniciado em 2014, com a primeira final jogada no Maracanã reformado e privatizado, quebra a sequência de melhora da proporção entre o valor das entradas e o rendimento do torcedor. Nesse ano, a entrada mais barata para o duelo entre Flamengo e Vasco custou R\$ 100. Apesar da manutenção do aumento do salário mínimo nesta fase, a relação entre os valores alcança 13,81%. Ou seja, o preço do bilhete entra em descompasso com a renda nacional, dificultando o acesso do torcedor ao estádio.

Analisando os três períodos, portanto, fica claro em qual dos três momentos o Maracanã melhor conseguiu aliar o valor do ingresso com conforto e segurança. Na primeira fase, os preços eram baixos, mas as condições oferecidas ao torcedor, principalmente ao mais pobre, frequentador da geral, eram muito precárias. É a fase do Maracanã inclusivo e excludente ao mesmo tempo. Na segunda fase, a elevação da renda nacional garante a manutenção do poder de compra do torcedor que, por outro lado, tem mais conforto e segurança para acompanhar as partidas com a expansão das cadeiras azuis sobre a geral.

Já na terceira (e atual) fase, os preços disparam e entram em descompasso com os vencimentos dos torcedores. Além disso, a melhora em conforto e segurança, principalmente no que diz respeito às condições fora do estádio, é pequena em relação à configuração do Maracanã que vigorou de 2006 a 2010. Por fim, os setores populares, que antes ocupavam todo

o anel inferior do estádio, agora se restringem às cadeiras posicionadas atrás dos gols, onde a visão da partida fica prejudicada, principalmente em termos de profundidade.

Logo, podemos concluir que o Maracanã das cadeiras azuis no anel inferior, com arquibancadas, tribuna e camarotes no superior, era o que melhor respondia à nossa questão, com preços acessíveis à população mais pobre e setores populares bem localizados, com grande capacidade de público e instalações adequadas.

Surgem, porém, novas questões. O que motivou a bilionária obra do Maracanã para a Copa do Mundo e sua posterior concessão à iniciativa privada? A quem interessa cobrar entradas fora da realidade da maioria da população? Por que tantos dirigentes esportivos insistem na inserção de um modelo de gestão e uma política de preços que produz estádios vazios e desinteresse do público pelas competições nacionais?

5. OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO PELA METADE

Nosso processo de “modernização pela metade” não conseguiu, conforme prometido pelos administradores do futebol, alçar as receitas dos clubes nacionais ao patamar das potências do continente europeu (em verdade, ainda não chegamos sequer ao nível dos clubes médios da Europa) nem promover a fidelização do torcedor, com estádios sempre cheios independente de qual seja a partida.

No entanto, dois efeitos colaterais importantes ocorreram devido à modernização do esporte em nosso país. O aumento do preço dos ingressos dificultou – e muitas vezes impediu – a presença de integrantes das classes sociais mais desfavorecidas nas praças esportivas do Brasil. Como veremos, a gentrificação das arenas de futebol é, na verdade, um dos objetivos daqueles que comandam o esporte no país que visam, por enquanto sem sucesso, substituir os fãs mais pobres por membros da classe média, que tenham potencial de consumo maior para gerar mais receitas aos cofres dos clubes.

Por outro lado, a adoção de normas inglesas de comportamento nos estádios – notadamente a proibição a assistir às partidas em pé – e o combate irrestrito às torcidas organizadas caracteriza duro ataque à cultura torcedora no Brasil o que, por sua vez, serve como mais um fator de afastamento do público das arquibancadas do país.

5.1 Gentrificação

O termo gentrificação foi cunhado pela primeira vez em 1964 no livro *London: aspects of change*, da socióloga britânica Ruth Glass.

Um por um, muitos bairros londrinos da classe trabalhadora vêm sendo invadidos pelas classes médias – alta ou baixa. Casas e apartamentos modestos têm sido tomados, quando seu contrato de locação expira, para se transformarem em elegantes e caras residências. [...]. Uma vez iniciado esse processo de gentrificação em um distrito, ele se espalha rapidamente até que todos ou a grande maioria dos proletários, ocupantes originais, sejam removidos e toda a composição social do local se altere. (GLASS, 1964, p.11, tradução nossa¹²)

Como a citação de Glass demonstra, gentrificação diz respeito à mudança do perfil social de ocupantes de uma determinada área da cidade. Ao longo desses 50 anos, o processo

¹² “One by one, many of the working class quarters of London have been invaded by the middle classes -- upper and lower. Shabby, modest mews and cottages -- two rooms up and two down -- have been taken over, when their leases have expired, and have become elegant, expensive residences. [...]Once this process of "gentrification" starts in a district, it goes on rapidly until all or most of the original working class occupiers are displaced, and the whole social character of the district is changed.”

se espalhou pelo mundo, afetando cidades de países desenvolvidos, como Londres, Nova York, Paris e Camberra, e também de nações em desenvolvimento, como Buenos Aires, Istambul, São Paulo e Rio de Janeiro.

No entanto, a retirada de populações mais pobres de áreas centrais das cidades para o estabelecimento de camadas mais abastadas da sociedade é um fenômeno muito anterior ao surgimento do termo gentrificação. No pós-segunda Guerra, o governo dos Estados Unidos deslocou 300 mil famílias para a renovação de mais de 2 mil bairros ao redor do país. Antes, nos anos 1910, o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, removeu cerca de três mil imóveis do Centro da cidade como medida sanitária e para possibilitar a abertura da Avenida Central (atual Rio Branco). O plano tinha inspiração nas intervenções sobre Paris comandadas pelo Barão Haussmann durante a década de 1850. Em *O enigma do capital*, o geógrafo David Harvey narra um pouco das ações de remodelação urbana promovidas na capital francesa.

Haussmann dilacerou velhas favelas parisienses, usando os poderes de expropriação em benefício supostamente público, em nome da melhoria cívica, recuperação ambiental e renovação urbana. Ele projetou deliberadamente a remoção de grande parte da classe operária e outros elementos contestadores, junto com indústrias insalubres, do centro de Paris. [...]. Tudo isso implicou a coevolução de um novo modo de vida urbana e um novo tipo de personagem urbano. Paris se tornou “a cidade da luz”, o grande centro de turismo, consumo e prazer. (HARVEY, 2011, p.144)

São, portanto, ao menos 150 anos de remoções, demolições e valorizações do solo que retiraram populações carentes de regiões centrais das metrópoles ao redor de todo o mundo. Os defensores desse processo alegam que a revitalização do centro das cidades produz uma melhora dos serviços e opções de lazer, que são usufruídas por todas as classes. Em debate sobre a gentrificação do Harlem, tradicional bairro negro de Nova York, o diretor de cinema Spike Lee fez um contraponto a essa visão:

Por que é necessário um fluxo de nova-iorquinos brancos para a infraestrutura melhorar no Harlem, em Bed Stuy, em Crown Heights? O lixo não era recolhido todos os dias quando eu morava na Washington Park. A escola pública não era boa. A polícia não fazia rondas por aqui. Por que há mais proteção policial no Harlem, em Bed Stuy agora? Por que o lixo passou a ser recolhido regularmente? (LEE, 2014)

Com a definição do conceito, sua delimitação histórica e uma questão a ser respondida, devemos tentar agora verificar se o futebol brasileiro (e especificamente o Estádio do

Maracanã) vive atualmente um processo de gentrificação, com exclusão dos pobres das arquibancadas em situação replicada em outras arenas nacionais.

Para começar nossa análise, vale recorrer ao estudo de viabilidade econômica do Maracanã realizado em 2012. O trabalho, feito pela IMX Venues, que mais tarde integraria o consórcio vencedor do processo de licitação do estádio, prevê “mudança do perfil do público e consequente aumento do valor médio dos ingressos” após a reforma para a Copa do Mundo e a privatização da arena. Em entrevista ao autor, o antropólogo Renzo Taddei, pesquisador do fenômeno das torcidas no Brasil e na Argentina, analisou o posicionamento da empresa que viria a comandar o Maracanã cerca de um ano depois da execução do referido estudo.

Não está claro ao que exatamente o estudo se refere: se ao aumento da renda das classes populares, o que significa que o público se mantém o mesmo, ainda que seu “perfil” de consumo mude, ou à substituição das classes populares por classes médias e ricas, via encarecimento dos ingressos. Essas alternativas não são excludentes; em termos financeiros, podem até levar aos mesmos resultados. Em termos sociais e políticos, no entanto, são coisas muito diferentes. (TADDEI, 2013)

É interessante comparar a fala de Taddei com a tabela de preços das finais do Carioca do capítulo anterior. O comparativo, mostra claramente como o Maracanã de 2006 a 2010 estava mais próximo da primeira análise do acadêmico (“público se mantém o mesmo, ainda que seu perfil de consumo mude”) enquanto a atual Arena Maracanã se aproxima da segunda possibilidade levantada por Taddei (“substituição das classes populares por classes médias e ricas, via encarecimento dos ingressos”) e, portanto, também da definição de gentrificação de Ruth Glass.

Os valores médios cobrados atualmente em partidas no Maracanã, de responsabilidade compartilhada entre clube mandante (normalmente, Flamengo ou Fluminense) e o Consórcio Maracanã SA, se explicam pelo interesse, manifestado no estudo de viabilidade econômica, de alterar o perfil do frequentador do estádio. À exceção dos banheiros, mais limpos e numerosos, a última reforma do Maracanã não trouxe grandes melhorias nos quesitos conforto e segurança em relação ao seu estado anterior. No entanto, os preços subiram muito além do que o aumento da renda dos mais pobres pode suportar. Apenas nas finais do Campeonato Carioca de 2015 e 2014, respectivamente, o valor da entrada mais barata foi duas e três vezes maior do que aquele cobrado até 2012.

O preço cobrado não cabe no produto oferecido ao torcedor – desconfortável, inseguro e sem qualidade técnica, como definimos no capítulo 3 –, mas vai ao encontro da política de higienização das áreas mais valorizadas da cidade em vigor no Rio de Janeiro. Somente entre

2009 e 2013, a prefeitura carioca removeu mais de 20 mil famílias de favelas sob a justificativa de que era preciso abrir espaço para a realização de obras visando os Jogos Olímpicos de 2016 e para a revitalização de regiões, antes degradadas da cidade, como a Zona Portuária, alvo do megaprojeto Porto Maravilha.

A questão da revitalização, aliás, nos remete ao trecho de Harvey. Ali, o geógrafo cita como o Barão Haussmann, na Paris dos anos 1850, dizia agir em prol “da melhoria cívica, recuperação ambiental e renovação urbana” (HARVEY, 2011, p.144). Pereira Passos argumentava que a demolição dos cortiços era uma medida de saúde pública. Em Istambul, comunidades inteiras vêm sendo removidas, segundo as autoridades locais, pelo risco de desabamento em caso de terremotos. Chances de deslizamento de terra levarem casas também é argumento utilizado na política de remoções carioca.

No futebol, a situação não é diferente. Clubes e federações defendem que o encarecimento dos ingressos é um imperativo dos novos tempos do futebol e que os altos valores seriam a única saída para clubes em dificuldades financeiras. Por trás de inúmeras justificativas, no futebol ou na gestão pública, escondem-se os reais interesses do aumento do preço dos ingressos em estádios ou de aluguéis em bairros centrais: excluir os mais pobres dos espaços públicos, trazer classes mais ricas para ocuparem o seu lugar com o objetivo de auferir lucros maiores, que serão privatizados em detrimento da coletividade.

Porém, há uma diferença crucial nos dois casos. Se construtoras, especuladores imobiliários e o capital financeiro têm lucrado com a gentrificação em diferentes regiões do globo – nos bairros negros de Nova York, Puerto Madero em Buenos Aires e na Zona Portuária carioca – e, trazendo a questão para o futebol, os clubes da *Premier League* inglesa seguem enriquecendo e lotando as arenas ao longo de toda a temporada a despeito do aumento de preços costumeiramente acima da inflação no Reino Unido, o mesmo não pode se dizer do futebol brasileiro.

Até o momento, a política de higienização dos estádios nacionais só conseguiu gentrificar mais um espaço das cidades sem ter capacidade de concluir a “mudança do público” prevista no estudo de viabilidade do Maracanã. Enquanto os mais pobres encontram dificuldades crescentes para ir aos estádios, as classes mais ricas seguem sem frequentar os jogos das competições nacionais em quantidade e regularidade. Isso ocorre pelas falhas da “modernização pela metade”, que não conseguiu inserir padrões de conforto e segurança na experiência de assistir às partidas no Brasil.

Por fim, vale responder ao questionamento de Spike Lee. Não há necessidade de mudar o público de um evento esportivo ou a classe social da população de um bairro para que serviços

e melhorias – o lixo recolhido diariamente, a escola pública de qualidade, o número suficiente de bilheteria, o horário adequado das partidas – sejam introduzidos no espaço. Prover segurança e conforto aos espectadores de futebol e moradores de um bairro de operários é questão de respeito, como aponta Marcos Alvito, e o mínimo que se espera de gestores preocupados em servir ao seu público.

No entanto, não é isso que vemos no “Rio de Janeiro olímpico” nem tampouco na Arena Maracanã privatizada. Em ambos, o interesse privado se sobrepõe ao interesse público – a própria privatização do estádio é o exemplo claro da postura adotada pelos governos carioca e fluminense nos últimos anos – e aqueles que não podem garantir o lucro máximo aos administradores acabam excluídos, sem poder viver onde sempre viveram, sem poder torcer onde sempre torceram.

5.2 Ataque à cultura torcedora

O torcedor, aquele que se torce, se retorce, se contorce, como se seu corpo fosse uma caixa de ressonância reproduzindo e ampliando cada movimento, gesto, esforço, violência ou façanha desempenhada no campo diante de si, de tal maneira que esse efeito de ampliação realizado pelo seu corpo retorne e multiplique as energias dos times no campo. Tanto os jogadores como os torcedores sabem disso e o sentem, mantendo-se numa cumplicidade de correspondência durante toda a disputa, como se ao fim e ao cabo fossem todos uma única criatura de proporções gigantescas. (SEVCENKO, 1994, p.36)

O ensaio *Futebol, metrópoles e desatinos*, do historiador Nicolau Sevcenko sobre o estabelecimento do esporte no Brasil é enfático: “quem é empolgado por futebol sabe disso: torcida é crucial” (SEVCENKO, 1994, p.36). Não há futebol sem torcedor. E quem frequenta estádios (ou mesmo acompanha partidas pela televisão) também sabe que a torcida de cada país, talvez de cada cidade ou clube, tem sua forma particular de vibrar e incentivar os jogadores, tem sua cultura torcedora. Como qualquer atividade cultural, esse *modus operandi* do torcedor – seus cânticos, vaias, xingamentos, bandeiras, faixas, instrumentos musicais – é uma construção de décadas e que só se altera no passo vagaroso da História, em pequenos ajustes ao longo de muitos anos que correspondem, via de regra, à vontade das torcidas em proporcionar uma festa cada vez mais bonita, barulhenta e adaptá-la às novas tecnologias à sua disposição.

Não é assim, porém, que pensam os defensores da modernização/europeização do futebol brasileiro. Para esse grupo, do qual fazem parte dirigentes esportivos, jornalistas especializados e autoridades públicas, urge adequar o comportamento do torcedor brasileiro às supostamente mais civilizadas práticas dos espectadores europeus, em particular inglês. Para

tanto, chegam inclusive a desdenhar do modo de torcer característico do país, como Marco Aurélio Klein faz em passagem do relatório final da Comissão Paz no Esporte.

Entendemos que as boas soluções se imporão pela própria racionalidade e, principalmente, pela aceitação por parte dos torcedores comuns ainda que em princípio pareça contrariar uma tal “cultura de arquibancada”, que, mais do que tudo é de sementeira fértil para a violência e o desrespeito ao próximo e ao patrimônio alheio. (KLEIN, 2006, p.3)

Preocupado em combater a violência no futebol, Klein defende a adoção da “política de janelas quebradas”¹³ nos estádios brasileiros. Para o sociólogo, xingamentos contra a equipe adversária e o árbitro, por exemplo, deveriam ser banidos, pois eles estariam na raiz de brigas e confusões mais sérias em nossas arquibancadas. Aos moldes do Relatório Taylor, ele recomenda a proibição de se assistir às partidas em pé. Também seguindo o exemplo do trabalho inglês, a Comissão Paz no Esporte não buscou ouvir a opinião dos torcedores sobre o que deveria ser mudado.

Também não há informações sobre institutos de pesquisa nacionais que tenham feito sondagens a respeito destes temas com o público brasileiro. Na Inglaterra, porém, eles foram ouvidos. Em março de 2007, o *Football Fans Census* (FFC), grupo independente que realiza sondagens sobre futebol na Inglaterra, divulgou pesquisa com 2.100 torcedores – 45% deles proprietários de bilhetes para assistir a todos os jogos da temporada de seus times – do país sobre suas principais demandas e reclamações.

Logo atrás do preço dos ingressos, que já suscitou protestos de torcedores em frente à sede da *Premier League*, o segundo lugar coube à regra que impede o público de acompanhar as partidas em pé. Mais de 90% dos entrevistados defendiam a revogação da norma, em vigor desde o desastre em Hillsborough e a recomendação do Relatório Taylor. Ou seja, já são 25 anos de uma determinação extremamente impopular – visto que atenta contra a cultura torcedora inglesa, dos terraces lotados por gente de pé – e sobre a qual os gestores do esporte no país não admitem sequer discussão.

A mesma situação parece encaminhada no Brasil. Bem como as disposições da Comissão Paz no Esporte, as intervenções executadas no Maracanã (e em outros tradicionais estádios do país, como Mineirão, Mané Garrincha e Castelão) para a Copa do Mundo foram alvo de pouco ou nenhum debate com torcedores e o conjunto da sociedade.

¹³ Baseada no trabalho dos criminologistas George Kelling e James Wilson, a teoria das janelas quebradas defende atuação policial ostensiva sobre desvios de conduta, como vandalismo e pichação, que seriam um primeiro passo para a execução de crimes mais graves, como assaltos e homicídios.

Impostas de cima para baixo, as mudanças arquitetônicas no antigo Maior do Mundo podem ter efeitos devastadores sobre a cultura torcedora do país. Um indício das transformações sobre o modo de torcer no estádio se encontra em pesquisa de opinião com 426 torcedores organizados dos quatro grandes clubes do Rio de Janeiro – Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco – sobre o novo Maracanã, coordenada pelo sociólogo Bernardo Borges Buarque de Hollanda.

Apesar de 68% dos entrevistados ter dito estar satisfeito com a nova arena e 71% deles ter aprovado a infraestrutura do local, dois terços (66%) dos torcedores considera que “o novo Maracanã prejudicou as formas de apoio e de animação das torcidas de futebol aos seus clubes” (HOLLANDA, 2014). Entre as principais queixas estão a configuração da arquibancada, que impede a fixação das grandes faixas que as organizadas levavam aos jogos no estádio, e as cadeiras fixas individualizadas, responsáveis por atrapalhar a aglomeração dos torcedores.

E o ataque à cultura torcedora no Brasil (e também no exterior) se dá, principalmente, na forma do combate à violência das torcidas organizadas – por vezes com ações que ferem as liberdades civis, como vimos no capítulo 3. Comandantes da festa nas arquibancadas, esses agrupamentos são os que mais opõem resistência às mudanças de regras de comportamento das novas arenas, entre outros fatores por acompanharem os jogos às dezenas ou centenas.

Portanto, retirar esses elementos, em sua esmagadora maioria não violentos, dos estádios sob o argumento de que é preciso garantir a segurança das famílias que frequentam as partidas é um dos objetivos principais dos artífices da modernização do futebol brasileiro. O que eles pretendem é a constituição de um público ordeiro, “civilizado” e inglês. Propositalmente, fingem não saber que naquele país também ocorreu processo similar ao visto no Brasil nos dias de hoje.

Por fim, é importante combater uma outra postura presente em processos de modernização do futebol e cada vez com mais adeptos no Brasil por parecer uma concessão daqueles que organizam o esporte aos torcedores assíduos e interessados em manter seu modo tradicional de acompanhar os duelos. Trata-se da reserva de um espaço dentro das arenas onde o público pode se expressar e assistir ao jogo “à moda antiga”, quase livre das regulamentações do futebol moderno.

O exemplo mais citado dessa posição é a torcida Muralha Amarela, do clube alemão Borussia Dortmund. Em uma arena moderna – o *Signal Iduna Park*, antigo *Westfalenstadion*, totalmente reformado para Copa do Mundo de 2006 –, estes torcedores se reúnem em um espaço onde não há cadeiras e é permitido acompanhar as partidas em pé. O caso, replicado em outros

estádios europeus, é defendido por muitos como solução para o choque entre o velho e o novo modo de torcer do público brasileiro.

Há, porém, um grande perigo, muito pouco comentado, nessa prática. Assim como ocorria na geral, esses espaços tendem a reproduzir a lógica de inclusão-exclusão do antigo setor popular do Maracanã. Ali, os torcedores estão liberados para vibrar como bem entendem e, normalmente, a um preço mais baixo do que o cobrado pela entrada em outras áreas do estádio. No entanto, a este grupo são reservados sempre os locais pior posicionados, seja atrás das balizas ou nos setores mais altos, no caso de estádios verticalizados.

É curioso constatar um paralelo entre essa concepção e o que ocorre atualmente nos desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí. No Sambódromo, as torcidas das agremiações, com bandeiras e samba de enredo na ponta da língua, se concentram nos setores 1, 12 e 13. No primeiro, as entradas são distribuídas pelas escolas entre os moradores de suas comunidades de origem. Os dois últimos são as áreas de ingresso mais barato.¹⁴

Porém, tecnicamente essas pessoas sequer acompanham o desfile. O setor 1 fica em frente à concentração das escolas, antes da faixa que inicia o desfile de fato. Já os setores 12 e 13 estão colocados na dispersão, quando a travessia da Marquês de Sapucaí já se encerrou e a arrumação da escola está desfeita, com carros alegóricos e componentes já separados.

No Carnaval ou na Arena Maracanã, reinstaura-se dessa maneira a figura do torcedor de segunda classe, que havia durante a existência da geral do antigo Maracanã, ao qual são negados conforto e segurança – e uma boa visão do espetáculo principal – em troca de algo que sempre lhe foi de direito: a possibilidade de torcer, se retorcer, se contorcer pelo seu time da maneira que ele bem entender.

¹⁴ Há ainda espectadores que, sem dinheiro para ingressar no Sambódromo, acompanham a armação das escolas em arquibancadas provisórias instaladas à beira do Canal do Mangue. A estrutura do local, em termos de conforto e segurança, é quase nenhuma. É a geral do Carnaval, reservada aos mais pobres.

6. CONCLUSÃO

A principal conclusão que podemos tirar desta análise sobre o processo de modernização do futebol brasileiro é que o esporte no país se encontra em um limbo do qual parece sem condições de sair enquanto não forem revistas práticas que atualmente fundam a administração dos principais clubes brasileiros. Seguindo o exemplo da Inglaterra – e de outros centros europeus –, os gestores de futebol do país colocaram em ação uma série de medidas que mudaram a cara do esporte praticado por aqui.

Com isso, objetivavam inserir nossos clubes no rol das grandes potências internacionais a partir da remodelação dos estádios, o combate intensivo à violência nas praças esportivas e o consequente incremento das receitas. Para isso, seria preciso, aos moldes das equipes da *Premier League* inglesa, mudar o perfil de renda do torcedor. No lugar de apaixonados das classes mais pobres que se submetiam a tudo para acompanhar seu time de coração, a nova cara dos estádios brasileiros deveria ser um público de classe média, disposto a gastar muito para obter uma experiência de entretenimento completa, que envolva toda a família em torno da partida de futebol e de outras opções de lazer à disposição no mesmo espaço físico em que se desenrola o jogo. Para dar conta das novas demandas dos espectadores (e garantir lucro máximo aos clubes e parceiros), surge o conceito de arena multiuso, que substitui o velho estádio de futebol.

Executada à perfeição no futebol inglês, essa mudança do público-alvo dos clubes acabou não se completando no Brasil devido a uma série de decisões erradas e mudanças necessárias não feitas. A alta vigorosa no preço dos bilhetes nos legou o título de país com os ingressos de futebol mais caros do mundo e impediu a presença maciça e regular de pobres nas novas arenas. O novo padrão de comportamento imposto nos estádios e o combate às torcidas organizadas (e não à minoria de torcedores violentos presentes nesses grupos) feriram a cultura torcedora do país.

Por outro lado, a manutenção da falta de conforto e segurança oferecidos ao torcedor para a ida aos jogos, para a compra de entradas, para o ingresso nas arenas, combinado ao baixo nível técnico das partidas, faz com que a classe média continue desinteressada em frequentar os estádios, especialmente como um programa familiar.

O saldo de tantos problemas são arquibancadas cada vez mais vazias, clubes cada vez mais empobrecidos e endividados e campeonatos cada vez mais fracos. É o círculo vicioso de uma “modernização pela metade” em contraponto ao círculo virtuoso da modernização completa experimentada no futebol inglês, onde a classe média lota as arenas a cada rodada,

garantindo aos clubes lucros muito maiores do que os observados há três décadas quando eram os pobres, hoje alijados das arenas como acontece no Brasil, que tomavam os *terraces* de assalto toda a semana.

Ficamos, portanto, nesse limbo atual, assistindo a decadência de um futebol que não é mais do povo nem atende aos anseios financeiros dos agentes privados – clubes, federações, empresas patrocinadoras – que pretendem trazer um público mais rico e “civilizado” para as arenas. Desta forma, o futebol brasileiro, originalmente uma festa tão popular quanto o Carnaval, se transforma numa celebração em que aqueles que querem comparecer não são convidados e quem foi chamado não quer ir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervos de Jornal do Brasil (RJ), O Dia (RJ) e O Globo (RJ).

ALVITO, M. A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros? In: HOLLANDA, B e REIS, H. (Org.). Hooliganismo e Copa de 2014. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 37-53.

AREAS, J. Maracanã, um ‘gigante’ abandonado. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 21 out. 1990, p.66. Disponível em < <http://glo.bo/1dDipgY> >. Acesso em 27 mai. 2015.

BBC’S PRICE OF FOOTBALL STUDY. Ticket increases outstrip cost of living. BBC UK, 14 out. 2014. Disponível em <<http://www.bbc.com/sport/0/football/29614980>>. Acesso em 22 mai. 2015.

BBC’S PRICE OF FOOTBALL STUDY. Premier League: £2,000 season tickets as price of football grows. BBC UK, 14 out. 2014. Disponível em < <http://www.bbc.com/sport/0/football/29520299> >. Acesso em 22 mai. 2015.

CÂMARA TEIXEIRA, R. Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas. São Paulo: Annablume, 2003.

CAMERON, D. Sessão da Câmara dos Comuns (Reino Unido) de 12 de setembro de 2012. Disponível em < <http://bit.ly/1curgkb> >. Acesso em 14 mai. 2015.

CASTRO, A. Remoção e gentrificação na cidade do Rio de Janeiro: o poder público a serviço da iniciativa privada. Disponível em < <http://bit.ly/1dHApaB> >. Acesso em 17 mai. 2015.

CONTÁBEIS. Salários Mínimos de 1995 a 2015. Tabela disponível em < <http://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/> >. Acesso em 2 mai. 2015.

FAULHABER, L e AZEVEDO, L. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

FERREIRA, F. Brasil, país do ingresso mais caro do mundo. São Paulo: Pluri Consultoria, 13 ago. 2014. Disponível em < <http://bit.ly/1JDztjc> >. Acesso em 20 mai. 2015.

FERREIRA, F. 3º Ranking Mundial de Público nos Estádios – Taxa de ocupação 2013/14. São Paulo: Pluri Consultoria, 24 jul. 2014. Disponível em < <http://bit.ly/1F4xuOt> >. Acesso em 20 mai. 2015.

FERREIRA, F. Pluri Especial - Quais são as torcidas mais fanáticas do Brasil? São Paulo: Pluri Consultoria, 16 out. 2013. Disponível em < <http://bit.ly/1Gjy6UC> >. Acesso em 20 mai. 2015.

FILHO, M. O negro no futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GLASS, R. London: aspects of change. Londres: MacGibbon & Kee, 1964.

- HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- HARVEY, D. Entrevista de David Harvey ao Repórter Brasil. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=VzyZHy0xKPY>>. Acesso em 17 mai. 2015.
- HILLSBOROUGH INDEPENDENT PANEL. The Report of the Hillsborough Independent Panel. Londres, 2012. 395 p.
- HOLLANDA, B. O Maraca é nosso? As torcidas de futebol do Rio de Janeiro e suas percepções sobre o novo Maracanã. Blog da Boitempo, 15 jun. 2014. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/bernardo-buarque-de-hollanda/>>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- KLEIN, M.A. Relatório final da Comissão Paz no Esporte. Brasília, 2006. 95 p.
- LEE, S. Spike Lee's gentrification rant – transcript. The Guardian, 26 fev. 2014. Disponível em < <http://bit.ly/1mHCKVa> >. Acesso em 20 mai. 2015.
- LEPESKA, D. Istanbul's gentrification by force leaves locals feeling overwhelmed and angry. The Guardian, 2 jul. 2014. Disponível em < <http://bit.ly/1m88GA5> >. Acesso em 20 mai. 2015.
- MURAD, M. Para entender a violência no futebol. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RANGEL, S. Futebol perde hoje a sua alegria geral. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 abr. 2005. Disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/04/24/20/> >. Acesso em 22 mai. 2015.
- ROPE, W. Aumento dos ingressos: o clube não ganha e o torcedor perde. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 3 jul. 1983, p.40. Disponível em < <http://glo.bo/1N07drb> >. Acesso em 23 mai. 2015.
- SEVCENKO, N. Futebol, metrópoles e desatinos. Revista USP, São Paulo, n. 22, p. 30-37, 1994.
- SLATER, M. Calls grow for return of terraces. BBC UK, 14 mar. 2007. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/sport2/hi/football/6444083.stm>. Acesso em 23 mai. 2015.
- SHENNAN, P. Margaret Thatcher: Her role in the aftermath of the Hillsborough disaster. Liverpool Echo, 8 abr. 2013. Disponível em < <http://bit.ly/1dSDXqH> >. Acesso em 28 mar. 2015.
- TADDEI, R. Entrevista concedida ao autor. Disponível em < <http://bit.ly/1FmDF0N>>. Acesso em 1 jun. 2015.
- TAYLOR, P. Interim report on the Hillsborough Stadium disaster. Londres: The Stationery Office, 1989. 71 p.
- TAYLOR, P. Final report on the Hillsborough Stadium disaster. Londres: The Stationery Office, 1990. 229 p.

TSOUKALA, A. Administrar a violência nos estádios da Europa: quais racionalidades? In: HOLLANDA, B e REIS, H. (Org.). Hooliganismo e Copa de 2014. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 21-35.

WILLIAMS, J. Fact Sheet 8: British Football on Television. University of Leicester, 2002. Disponível em < <http://bit.ly/1KTsCEc> >. Acesso em 29 mai. 2015.